



O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Bom dia.

Declaro aberta a presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, pela Internet, no *site* da Câmara. Informo ainda que as imagens e o áudio estarão disponíveis, para serem baixados, na página desta Comissão, logo após o encerramento dos trabalhos; que as fotos do evento serão disponibilizadas no banco de imagens da Agência Câmara, na página da Câmara; e que as filmagens da *TV Câmara* poderão ser solicitadas na Secretaria desta Comissão, se alguém delas necessitar.

Comunico ainda que esta é uma reunião interativa e que o *link* da sala de bate-papo encontra-se disponível na página desta Comissão. As perguntas formuladas serão repassadas aos expositores. Então, temos uma sala de bate-papo e aqueles que estejam interagindo conosco, no Brasil e no mundo, vão poder participar do debate.

Esta reunião de audiência pública foi convocada nos termos do Requerimento nº 181, do Deputado Assis Carvalho, que sou eu, subscrito pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão; Miguel Lombardi; Dr. Jorge Silva; Zenaide Maia; Odorico Monteiro, que pede desculpa por não poder estar presente porque está em viagem oficial ao exterior; Dulce Miranda; Carlos Andrade; Arnaldo Faria de Sá; Benedita da Silva; e Jean Wyllys, que está numa sessão solene do partido dele, o PSOL, e, em conversa comigo há pouco, disse que vai fazer o esforço de dividir o seu tempo para passar aqui — a causa da sua ausência é justa, pois ele está lá também discutindo uma questão do seu partido.

Analisar e discutir a descriminalização do uso e posse da maconha para consumo próprio é a pauta do requerimento que apresentamos para o debate aqui nesta manhã.

Convido para compor a mesa os Srs. Salomão Rodrigues Filho, representante do Conselho Federal de Medicina; o nosso querido Deputado Osmar Terra, Mestre em Neurociência e companheiro do Parlamento; Andrea Donatti Gallassi, Coordenadora-Geral do Centro de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da Universidade de Brasília — UnB; Valderi Alves Ribeiro, Secretário-Executivo do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política — FENASP; Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Comunico aos membros desta Comissão que cada convidado terá o prazo de 15 minutos para fazer sua exposição, prorrogáveis a juízo desta Presidência, não podendo ser apartado durante a sua exposição.



As Deputadas e os Deputados inscritos para interpelar os convidados poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, não sendo permitido ao orador interpelar quaisquer dos presentes.

Antes de começarem os palestrantes, esclareço que, quando nós tomamos a decisão de encaminhar para esta Comissão este requerimento, nós o fizemos com uma vontade muito grande de compreender um debate que é feito no mundo inteiro, e não pode ser diferente no Brasil.

Eu posso lhes dizer que, à exceção do Deputado Osmar Terra, com quem já tenho uma relação de amizade há muitos anos —, nós tivemos a felicidade de sermos secretários de saúde no mesmo período, antes da condição de Deputados Federais, para a qual fomos reeleitos —, eu acho que é a primeira vez que vejo os demais debatedores aqui. Eu não conhecia nenhum. O meu cuidado foi de solicitar informações e aprovar o requerimento nesta Comissão, fazendo um esforço, diante das informações recebidas, para trazer pessoas técnicas pelo menos pelas informações de alguns artigos, que tivessem algumas posições mais técnicas com um nível de contradição, para que nós pudéssemos compreender o debate. Então, nós fizemos um esforço.

Aqui nós já temos uma recomendação de não trabalharmos com uma mesa muito grande, de quatro ou cinco pessoas. Nós trabalhamos com a possibilidade de quatro pessoas.

O Deputado Osmar Terra diz que já faz um debate muito rico sobre isso há muitos anos e solicitou também a sua inclusão na Mesa, o que nós achamos bastante prudente. Eu fui consultado e disse que seria uma alegria muito grande, porque o Osmar certamente só iria enriquecer o debate.

Explico também que, no mesmo momento, o Deputado Jean Wyllys veio nos consultar porque também gostaria de compor a mesa. Nós vamos ficar com uma mesa imensa! Mas ele está lá no PSOL e disse que, se viesse aqui, gostaria de compor a mesa também. Consulto, no momento, os Deputados presentes e, se não houver nenhuma objeção... O que eu quero é enriquecer o debate, mas também evitando que nós tenhamos uma mesa muito extensa.

Considerando que temos cinco debatedores, queremos fazer aqui um acordo para que possamos ter certa alternância porque, além dos presentes, nós temos uma sala de



bate-papo e, então, nós estamos sendo acompanhados pela Internet, temos gravação na TV. Então, o público é imensamente superior ao deste espaço em que estamos, e este público presente para nós já é muito importante.

Então, queremos fazer aqui um acordo quanto à ordem das falas. Eu queria dar início a este debate antes consultando se há alguma dificuldade, ou se podemos indicar diretamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Pois não?

A SRA. BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE - Eu gostaria de fazer uma sugestão, Deputado.

Eu não sei se é usual, mas considerando que me parece que a maior parte dos presentes é contrária à descriminalização e, neste caso, a posição da minoria é pela descriminalização, e funciona como uma defesa, seria interessante ouvir primeiro aqueles que mantêm o estatuto atual. É a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Pode ser assim, Dr. Salomão?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) - Não. Eu não aceito essa proposta. Eu estou cansado de debater, inclusive com o Deputado Jean Wyllys. Ele sempre fala depois, agredindo inclusive quem falou antes, e depois a gente não pode responder. Então, vamos pela ordem que está prevista. Pelos menos por essa ordem há gente que vai falar por último e que é a favor, e não há problema nenhum. Não aceito esse negócio de falar depois só quem quer liberar.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Sem problemas, Deputado Osmar. Eu acho que está colocado aqui, inclusive.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) - Não, a ordem está boa. A ordem está boa.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Sem problemas.

A SRA. BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE - Vamos intercalar, então, Deputado. Pelo menos haverá alguém para falar ao final.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/MDB - MA) - Querido Osmar, o Jean não está presente...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) - Sim, mas ele está vindo. Ele vai querer falar.



O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Calma, Osmar, vamos fazer um debate na mais profunda calma, porque nós só queremos compreender o tema.

Então, vamos seguir a ordem que já foi trabalhada aqui pela Comissão.

Para analisar e discutir a descriminalização do uso e posse da maconha para consumo próprio, convidamos Salomão Rodrigues Filho, Andrea Donatti Gallassi, Valderi Alves Ribeiro, Deputado Osmar Terra e Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende. Esta é a ordem que foi estabelecida por esta Comissão e esta será a ordem de fala que nós vamos estabelecer.

Então, começamos os debates pelo Dr. Salomão Rodrigues Filho.

O senhor tem 15 minutos para sua exposição.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO - Se V.Exa. me permite, eu falarei daqui, em pé, porque vou usar projeções.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Fique à vontade.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO - Acho que este é um debate extremamente importante e oportuno. O Brasil está num momento crítico, de crise em todos os sentidos, e parece que nós estamos também entrando numa fase de crise moral da população brasileira.

A discussão da descriminalização do uso e posse da maconha para consumo próprio é algo que importa muito, porque tem um significado muito maior do que aquele que nós imaginamos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou colocar a dimensão do problema da maconha e de outras drogas, para que nós possamos ver como ele ocorre.

O consumo de drogas lícitas e ilícitas no Brasil é uma grande epidemia. Isto é absolutamente verdadeiro. Se nós entrarmos no *site* do Ministério da Saúde nós vamos encontrar dados para isso.

É o maior problema de saúde pública do País? É. Hoje é o maior problema de saúde pública do País e o nosso Ministério da Saúde não tem programas específicos para o enfrentamento deste problema.

É o maior problema de segurança pública do País? Sim, também é, e os nossos órgãos de segurança não têm tido felicidade nesse enfrentamento.

É a maior causa de violência doméstica? É.



E também é a maior causa de contaminação pelo HIV.

Então, nós não estamos diante de um pequeno problema. Nós estamos diante de um grande problema.

O consumo de drogas lícitas e ilícitas no Brasil está relacionado com a maioria dos latrocínios, com a maioria dos homicídios por causas banais, com a maioria dos suicídios e com a maioria dos acidentes com veículos. Esses são dados incontestáveis na nossa história.

Abordando um pouquinho do tratamento, rapidamente: a política do Ministério da Saúde hoje é uma política equivocada e tímida. Os CAPS-AD são poucos e ineficientes. Os serviços comunitários, geralmente religiosos, são em maior número, mas têm dificuldades para se manter. Eles poderiam beneficiar mais dependentes químicos e a sociedade, mas carecem de base científica. As ações na área de saúde nas três esferas de governo e entre os diversos órgãos em uma mesma esfera não são integradas e não são harmônicas, infelizmente, e os serviços de assistência aos dependentes químicos com qualidade são poucos e geralmente são privados ou universitários.

O uso de substâncias psicoativas lícitas prediz o uso de substâncias psicoativas ilícitas, e a repressão ao tráfico no Brasil é insuficiente.

Eu colecionei, do maior jornal da minha cidade, que é Goiânia, por curto espaço de tempo, uma série de matérias que saíram sobre drogas, cujos *slides* eu vou apenas passar, para nós fazermos ideia das consequências. *Filho mata pai por causa de crack*, é a principal manchete.

Esta é extremamente interessante: *Droga é responsável por 60% dos júris populares em Goiânia*. Então, 60% dos crimes dolosos contra a vida em Goiânia estão relacionados com o uso de drogas.

Não podemos esconder, temos que colocar um dado de presídios. Da população carcerária no Brasil, que é de aproximadamente 500 mil pessoas, 20%, 102 mil pessoas, estão presas por causa, direta ou indireta, do uso de drogas.

Homem mata irmão a facadas. Viciado de crack mata educadora. Homem é acusado de matar o pai. Drogas invadem as salas de aula, alcançando crianças, e não mais adolescentes. Os professores não estão preparados para esse enfrentamento, não fazem a parte de prevenção, como deveriam. A degradação moral alcança limites como o de uma mãe acusada de vender o bebê para comprar *crack*, e, vejam, oferecendo o filho,



um bebê de 2 meses, por 30 reais. *Pais viciados, filhos abandonados.* No condomínio Solidariedade, em Goiânia, que abriga crianças abandonadas, 80% dessas crianças foram abandonadas porque os pais estão envolvidos com drogas. *Mulher já perdeu a guarda de quatro filhos...* São matérias de jornal. Esta é extremamente interessante também. *Mãe obriga filha de 13 anos a se prostituir*, para sustentar a compra de drogas.

Droga piorou a vida em Goiás. Assassinatos de mulheres cresceram 79%, assassinatos de jovens cresceram... Não deu para ver o número aqui, mas foram 294% em 10 anos. Carros e motos viraram moeda de troca, o abandono de crianças e adolescentes aumentou 41%. São 51 mil dependentes em Goiás.

Aqui vemos a imagem da crackolândia, em São Paulo, coisa que nós não queremos ver. Mas hoje está um pouco pior.

A Lei nº 11.343 está em questão, seu art. 28, em julgamento no Supremo. O artigo é bastante claro:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas (...).

Vejam que as penas são: advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

A descriminalização está sendo discutida, exatamente esse ponto, a retirada desse artigo, ou torná-lo inconstitucional, porque estaria ferindo o direito individual da pessoa. Acho que nos debates vamos poder falar um pouco mais sobre isso e enriquecer a discussão. Recentemente, o cartunista Glauco foi morto, em São Paulo, por um jovem sob o efeito da ayahuasca, o santo daime. Esse rapaz, numa crise psicótica produzida pela droga, matou duas pessoas, e acabou sendo inocentado por isso.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância (...).

Vejam que o texto não fala em *cannabis*, não fala em maconha. Então, automaticamente, como é a Lei das Drogas, estão incluídas todas as drogas nesse contexto.



A Lei nº 11.343 está dividida em três planos: prevenção do uso indevido — o Brasil não faz quase nada, basicamente nada, não há nenhum programa de saúde pública de prevenção no Ministério da Saúde, nem no Ministério da Educação, nem em outro órgão; atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas — são feitas de uma forma muito limitada e precária; e repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas — não é nossa praia, mas nós sabemos que também existe uma deficiência muito grande nesse campo de ação.

A prevenção se faz com educação, com segurança pública, com saúde, com cultura e com emprego. Acho que não carece comentar cada um. Todos nós sabemos, por exemplo, que um cidadão empregado tem um risco menor para o uso de drogas do que um cidadão desempregado.

As premissas de dependências químicas — o foco não é a questão psicológica, não é a questão social; é a questão médica, é a questão da saúde.

Dependência química é uma doença crônica grave e não somente um problema social ou psicológico. Estudos genéticos recentes mostram a existência de um componente biológico na suscetibilidade de desenvolver dependência química. O uso continuado de substância psicoativa altera a transcrição do RNA, que leva à síntese de endofenótipos, o que explica o *craving* e a síndrome de abstinência.

A ação aguda de qualquer droga produtora de dependência é diferente das adaptações neurofisiológicas que ocorrem ao longo do processo de uso continuado. A ação das drogas nos processos cognitivos, motivacionais e comportamentais torna a dependência uma situação patológica, da qual é muito difícil sair. O DSM e a Classificação Internacional de Doenças deixam claros os elementos para firmar o diagnóstico de dependência química, e esse diagnóstico é um diagnóstico médico.

Políticas públicas de combate às dependências químicas pressupõem integração de esforços, devem ser fundamentadas em evidências e devem ter seus resultados avaliados. Não existe tratamento único ideal para o dependente químico. O melhor seria a organização de um sistema de serviços que levasse em conta a diversidade de problemas — saúde mental, saúde física, social, familiar, profissional, conjugal, criminal —, buscando proporcional diversidade de soluções.

Devido à natureza da dependência química, alguns pacientes podem se beneficiar de intervenções breves.



O objetivo do tratamento é emparelhar a natureza e a intensidade dos problemas com a melhor estratégia de tratamento, bem como o seu melhor local, duração e intensidade. Deve-se buscar também um ecletismo esclarecido, onde diferentes doutrinas e escolas de tratamento possam conviver harmonicamente, desde que baseadas nas melhores evidências científicas.

Como a tendência é de o tratamento ser feito por tempo prolongado, a sociedade não pode pagar intervenções que não tenham suficientes evidências de resultados satisfatórios.

Esse é um esquema de organização de um sistema de tratamento que nós não temos aqui.

Repetindo o que eu já disse lá atrás, dos 500 mil prisioneiros no Brasil hoje, 60 mil são doentes mentais. E nós precisamos nos precaver contra a confusão que às vezes colocam na nossa cabeça. Eu diria com esse eslaide que essa bela moça na parte de cima poderia neste momento estar representando aqui uma lei que não é aplicada, e essa bela chimpanzé de baixo poderia estar representando a descriminalização do uso de drogas. Então, o genoma é quase igual, 98,6%, mas a diferença fenotípica é extremamente grande.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Convidamos agora a Dra. Andrea Donatti Gallassi, Coordenadora-Geral do Centro de Referências sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas, da Universidade de Brasília, UnB.

A SRA. ANDREA DONATTI GALLASSI - Bom dia a todas e a todos. Eu gostaria de agradecer ao Deputado o convite e a oportunidade de fazer um debate tão importante nesta Casa, que é a Casa que nos traz a grande esperança por boas mudanças. Então eu acho que foi uma nobre iniciativa.

Eu sou professora da Universidade de Brasília, trabalho na perspectiva da saúde, e é nisso que eu vou basear a minha fala.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou iniciar fazendo uma breve contextualização sobre drogas e sociedade. O uso de drogas está presente na sociedade mundial, não apenas brasileira, desde que o mundo é mundo. E as pessoas fazem uso de substâncias psicoativas por diferentes razões, sejam razões religiosas, recreacionais, relacionais. Então as drogas estão



presentes na sociedade brasileira e na sociedade mundial, e o Estado pune militarmente todas as pessoas, coloca todas as pessoas no mesmo pacote, compreendendo que todas elas apresentam problemas ou geram problemas. Isso é uma incoerência, uma vez que nós temos um Estado que está atuando de maneira igual, sendo que as pessoas são diferentes.

Para contextualizar um pouco de onde nós vimos e onde estamos, nós temos um século de criminalização e proibição do uso de drogas, que se iniciou em 1912, na Conferência do Ópio, liderada pelos Estados Unidos e seguida por mais 13 países, e a ideia era com toda a força proibir a produção, comercialização de ópio, cocaína e outras substâncias. Na sequência, nós tivemos a Convenção Única dos Entorpecentes, que iniciou uma lista com todas as substâncias que são proscritas, proibidas, que mundialmente os membros deveriam seguir.

Aí vemos o momento mais marcante e emblemático da história mundial, que foi a guerra às drogas declarada pelo ex-Presidente dos Estados Unidos Richard Nixon, causando problemas não só para o Brasil, pois houve um efeito mundial a respeito disso. E o Brasil, nesta linha, considerando o nosso triste histórico de ditadura militar, veio na esteira desse problema, endurecendo bastante a ação contra as pessoas que fazem uso de drogas.

Nesse sentido, então, o modelo da criminalização foi de fato um modelo seguido pela maioria dos países, ao longo do século XX. Só que, felizmente, alguns países, especialmente da Europa, mas também nossos vizinhos da América Latina, perceberam que era um modelo bastante prejudicial, que não vinha trazendo resultados nem na diminuição dos usuários, tampouco na diminuição da circulação de drogas, e iniciaram uma nova medida, um novo olhar, uma nova proposta para tratar as pessoas que tinham problemas com drogas, ou tratar o tema drogas, propondo a descriminalização, ou seja, o tratamento deste tema fora da esfera criminal, adotando diferentes medidas para tratar, sejam medidas administrativas, sejam outras, mas, enfim, retiraram da esfera criminal esse tema.

É importante deixar claro que o tráfico de drogas, nessa perspectiva, nessa mudança — alguns vêm revendo isso, e o Uruguai é o melhor exemplo —, seguiu ilícito, não cabendo a justificativa de muitos de que isso estava sendo feito para aliviar pequenos traficantes. E é exatamente isso o que está em discussão no Supremo Tribunal Federal, a



inconstitucionalidade do art. 28 da Lei de Drogas, que trata da descriminalização. Ou seja, nós estamos falando do usuário que faz uso de drogas, e o Estado não pode proibir de forma alguma uma conduta, mesmo que essa conduta seja lesiva para aquela pessoa. Seria o mesmo que imaginarmos que uma pessoa que faz uma tentativa de suicídio, por exemplo, deve ser criminalizada porque ela fez uma autolesão. Isso é plenamente inconstitucional.

De fato, a natureza polêmica e moral que circunda esse tema vem colocando apelos emotivos, dizendo que essa medida, a descriminalização das drogas, poderia trazer supostos riscos à saúde. E eu vou me pautar nas melhores evidências científicas internacionais, nos melhores pesquisadores que tratam sobre esse assunto, para justamente reafirmar que, do ponto de vista epidemiológico, as pessoas que apresentam problemas ocasionados pelas drogas são a exceção à regra.

Fica bem fácil entender quando olhamos esse quadro, que do lado esquerdo tem uma coluna das pessoas que relataram ter feito uso de drogas no Brasil pelo menos uma vez nos últimos 12 anos, e do lado direito tem uma coluna com aquelas pessoas que preenchem critérios para a dependência. O primeiro é o álcool. Fica bem fácil perceber que metade da população brasileira faz uso de álcool, mas apenas 10% a 12% apresentam critérios para a dependência de álcool. Então, isso reforça a tese de que a minoria das pessoas apresenta problemas relacionados ao uso de drogas.

Outro dado que eu acho que é bem importante de observar, que é de um trabalho feito por um grande pesquisador internacional, demonstra o potencial de dependência que as drogas podem provocar.

Observamos que, para a surpresa de muitos ou surpresa de poucos, o tabaco, que é uma substância lícita, é a substância que apresenta o maior poder de causar dependência, uma vez tendo contato com um organismo vivo com o ser humano, ou seja, uma de cada três pessoas que experimentam cigarro se torna dependente de cigarro. E aí a maconha, nessa lista, como as senhoras e os senhores podem observar, está bem abaixo.

Nesse sentido, a pergunta que todos se fazem é: "*descriminalizar as drogas aumenta o consumo?*" O que as evidências científicas vêm demonstrando é que não há uma afirmação contundente que possa dizer que vai aumentar. Ao contrário, nós vimos observando boas evidências que demonstram que, no caso de Portugal, um excelente



exemplo, adotou-se a descriminalização de todas as drogas em 2001, e houve uma redução no consumo entre os jovens. Quanto às drogas ilícitas, de um modo geral, comparando os momentos antes e após a descriminalização ocorrida em 2012, também houve uma redução do consumo de drogas entre a população em geral.

Outra tese importante que também é muito falada: *"se descriminalizar, vai aumentar o acesso e baratear o consumo"*. Nesse mesmo país, Portugal, foi realizada uma pesquisa em 2015, ou seja, um dado extremamente atual, que demonstrou que não houve uma redução no preço das drogas. Outro exemplo é o caso da República Tcheca, que fez a descriminalização somente da maconha. Observou-se também que não houve a diminuição da idade de consumo das pessoas, ou seja, os jovens não tiveram mais acesso às drogas por conta da descriminalização. E um dado bem importante nesse cenário de Portugal foi o fato de aquele país ter estabelecido critérios objetivos de quantidades, para diferenciar quem é usuário e quem é traficante.

Outra pergunta colocada: *"descriminalizar a posse de drogas para uso pessoal pode causar o aumento da violência?"*

Outro dado científico, de um grande pesquisador que muitos podem conhecer, esse gráfico foi publicado em 2010, numa das mais importantes revistas do mundo, a *The Lancet*. O pesquisador David Nutt fez uma pesquisa para demonstrar o quanto as substâncias são prejudiciais para os usuários que a fazem ou pela sociedade, pelas pessoas que circundam essa pessoa. E mais uma vez nós nos surpreendemos ao ver que o álcool é a substância que provoca mais prejuízos para quem faz uso e para a sociedade. E a *Cannabis* está no meio dessa lista de substâncias.

Outro dado, relacionado à violência no trânsito, é uma questão sempre colocada em debate: *"descriminalizar vai possibilitar um maior acesso, e, conseqüentemente, as pessoas vão fazer uso e dirigir sob efeito"*. O que nós observamos nos dados dos nossos *hermanos* Argentina, Colômbia e Chile, que também descriminalizaram, é que após a descriminalização as incidências ou taxas de acidentes automobilístico se mantiveram as mesmas.

A Suécia é sempre alardeada como país que tem uma política de drogas exemplar. Eu acredito que com o dado seguinte ela não é bom exemplo para ninguém, muito menos para nós brasileiros, uma vez que é uma política extremamente repressiva, enquanto a taxa de mortes relacionadas às drogas é 23 vezes maior do que Portugal, que



descriminalizou. Então, de fato, não é uma política que pode servir de exemplo, uma vez que assassina os seus usuários.

Nesse sentido, para pensar nessa questão, a associação de drogas com violência está na dinâmica do tráfico. O tráfico, o mercado ilícito de drogas, é um mercado extremamente violento. É ele que proporciona esse cenário de guerra que vivemos.

A outra questão que se coloca — numa linha bem entre aspas — é que o usuário financia o tráfico. Mas, nesse cenário de repressão e proibição, se formos observar, quem proporciona as condições para que vivamos essa violência não é o usuário, mas, sim, o Estado. É ele que proporciona esse cenário de guerra que vivemos. Numa possível descriminalização, numa possível regulação, o autocultivo vem se colocando como uma não possibilidade de acesso dos usuários ao mercado ilícito de drogas e, portanto, longe do cenário de violência.

Esse eslaide mostra um artigo científico, também publicado neste ano, em que grandes pesquisadores internacionais demonstram que a regulação da maconha é, de fato, com estrita regulação do Estado — é isso que eu particularmente defendo —, a melhor opção, do ponto de vista de saúde pública. É melhor do que qualquer outra medida, é melhor do que a repressão.

Outra questão colocada: quais são os principais danos acarretados pela criminalização do uso de drogas e que efeitos positivos a descriminalização pode trazer?

A criminalização causa um impacto extremamente negativo na população, uma vez que passamos a olhar esses usuários de maneira negativa, rejeitando-os e querendo a sua punição. Então isso é extremamente maléfico para a nossa sociedade. O crescimento exponencial da população presa — entre aspas — "por tráfico" é bastante assustador. Hoje, 27% das pessoas que estão presas respondem por crimes de drogas, sendo que essas pessoas, se forem observados os antecedentes criminais — acredito que a minha colega Dra. Beatriz vai falar um pouco mais sobre isso —, não apresentam ligação com o crime organizado e foram pegas com pequenas quantidades de substância. Então estamos, de fato, encarcerando usuários de drogas, que deveriam ser tratados na esfera da saúde e da assistência social, e não na esfera criminal.

Nesse cenário, observamos que, desde que a lei, em 2006, foi colocada, houve um aumento da população presa por tráfico de 130%, sendo que a população carcerária aumentou no geral 40%.



A criminalização distancia as pessoas que usam drogas de forma problemática dos serviços de saúde e de assistência social. Isso é uma grande questão colocada para os usuários. Fica bastante confuso para eles entenderem que o mesmo Estado que os pune como criminosos oferece-lhes cuidados de saúde. Então eu posso imaginar que eu, como usuário, vou ter muito medo de acessar os serviços de saúde e de assistência social, porque esse Estado que me provê esse tipo de ação é o mesmo que me coloca como criminoso.

A possibilidade de um processo penal marginaliza simbolicamente e concretamente essas pessoas, uma vez que elas vão ter para sempre antecedentes criminais. Então, não é só do ponto de vista simbólico de ter sido colocado como criminoso, mas também do ponto de vista prático.

Quando o uso de drogas é tratado prioritariamente como crime, colocamos a esfera criminal e a policial à frente de outras esferas que deveriam estar à frente, como as ações de saúde e de assistência social. Isso é um grande obstáculo para a realização de pesquisas. Quem é da área acadêmica, como é o meu caso e o de outros colegas, sabe que temos muitas dificuldades em realizar pesquisas sobre drogas para oferecer para a população a contrapartida do investimento que é feito em mim, como professora, e a grande dificuldade é justamente pela criminalização dessas substâncias.

Partindo para as minhas conclusões, eu as deixo para as senhoras e os senhores pensarem que mais danosa do que a própria droga é a política de drogas. A nossa política é um problema, não as pessoas que fazem uso de drogas. A forma como tratamos o tema é muito mais problemática.

E também há aquela outra máxima que é sempre colocada: *"Ah, o Brasil não está preparado para a descriminalização"*. Eu digo que o Brasil está superpreparado, uma vez que temos o melhor exemplo de regulação de drogas do mundo, que é a regulação do tabaco. Esse é o melhor exemplo que nós temos.

Então, o Brasil tem muita eficiência para regular, o Estado tem muita eficiência para promover espaços de cuidado, espaços de prevenção, porque nós temos o exemplo do cigarro, em que nós somos o País com a maior taxa de interrupção de uso de cigarros do mundo.

Vários dos problemas associados ao uso de drogas são tangíveis e conhecidos. Nós sabemos quais são os nossos problemas, o que requer um cometimento concreto de



lideranças para o desenvolvimento de uma política voltada para a saúde e para a assistência social — de novo, fora da esfera criminal.

A marginalização social é um fator determinante de prejuízo para essas pessoas que vivem aprisionadas à sua vulnerabilidade, com falta de acesso a bens essenciais para sua sobrevivência. E a falta da cracolândia, como o colega que me antecedeu demonstrou, é uma realidade bastante difícil para entendermos que essas pessoas têm problemas relacionados à saúde e a questões sociais, que são definitivamente maiores do que o suposto problema que elas podem ter relacionado ao uso de drogas.

O tratamento e as ações sociais são custos muito mais efetivos do que a repressão, do que a coerção. E eu finalizado dizendo então que superar a concepção de drogas como inimigo social, pouco político, numa perspectiva passional, não é o mais adequado. Então nós militamos pela reforma de uma política de drogas, e para isso precisamos de pessoas que tenham coragem, liderança, para pautar esse assunto, e estamos na melhor Casa para que isso possa acontecer.

Eu agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Convido agora para fazer uso da palavra o Sr. Valderi Alves Ribeiro, Secretário-Executivo do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política.

O senhor dispõe de 15 minutos.

O SR. VALDERI ALVES RIBEIRO - Eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer a Deus por estar aqui e ao Presidente desta Comissão, Deputado Assis Carvalho, que me fez o convite. Cumprimento toda a Mesa.

Senhoras e senhores, muito bom dia. Nos últimos dias, observamos o País discutir no Supremo Tribunal Federal a questão das drogas. Tendo em vista a peregrinação que alguns Parlamentares desta Casa e pessoas da sociedade civil fizeram ao Supremo para tentar cadastrar alguns *amicus curiae*, e daí então começar a participar do debate, uma vez que esse debate já foi desencadeado nesta Casa e também no Senado há algum tempo, preocupam-nos muito os argumentos nos quais essas pessoas se embasam para, finalmente, chegar ao objetivo, que é liberar o uso e o porte de drogas.

Quero começar dizendo que, se droga fosse bom, lícita ou ilícita, como hoje se discute, teria outro nome, e não droga.



Quero trazer também aqui uma reflexão àqueles que aqui estão, sejam pró ou contra: algum de vocês já conviveu ou convive até hoje com alguém que é viciado no uso de qualquer entorpecente lícito ou ilícito?

Hoje existe a regulamentação da lei que inibe. Se derrubarmos isso, se tirarmos isso, que limite terão aqueles que, ainda por um fator inibidor, se sentem, eu não diria coagidos, mas até mesmo inibidos de usar, de portar drogas no seu dia a dia?

Fica muito difícil hoje conviver numa sociedade onde, para alguns entorpecentes, no caso a maconha, não há um diagnóstico, até para os aparatos que a própria polícia utiliza no seu dia a dia. Hoje no trânsito consegue-se diagnosticar se uma pessoa está usando álcool ou não com o bafômetro. Como é que eu vou saber se alguém usou maconha — se houver esse aparelho, eu gostaria de conhecê-lo — no trânsito? E se essa pessoa vier a cometer um acidente de trânsito, tirando uma vida, destruindo uma família?

Contraponho-me a alguns argumentos que aqui foram apresentados, como à falácia de que o usuário de droga tem o direito pessoal de usá-la. Sim, mas o direito dele, a liberdade dele, a minha liberdade termina quando eu começo a infringir, a invadir a liberdade do outro. Nesse sentido, todo usuário de droga, todo viciado — e aí há uma grande discussão; alguns discordam e têm todo o direito — começa na maconha e diz que para a hora que quiser. Não! O abismo vai sempre chamar outro abismo. Ele começa na maconha e, daqui a pouco, vai experimentar outras drogas e perderá totalmente o controle de si.

Agora, se esse mal que essa pessoa provoca, no meu entendimento, a ela mesma, ficasse restrito apenas ao indivíduo, talvez este debate pudesse até se prolongar um pouco mais, mas isso não é verdade. Quantas e quantas mães em casa estão agora nos assistindo? Quantas e quantas mães têm voltado seus olhos e até dobrado seus joelhos, seja rezando, seja orando, seja falando com aquilo em que acreditam para que essas ações que hoje estão no Supremo Tribunal Federal não venham a ter sucesso, não venham a ter êxito? E por quê? Porque sentem na pele, no seu dia a dia, o filho que está nas drogas e não conseguem tirá-lo de lá. O Governo, infelizmente, ainda não tem um investimento sério que possa ajudar a sanar esse problema.

Descriminalizar não é hoje a solução. Nós não temos hoje aparato em nenhuma esfera do Governo para que isso traga uma solução para o problema. É um problema, sim. É um problema que se arrasta há anos, sim. Gostaria de parabenizar cada um dos



Parlamentares que tem se debruçado sobre este tema ao longo desses anos para encontrar uma solução para esse problema em si.

Em 2011 esta Casa, fonte G1, fez uma pesquisa, segundo a qual 286 Parlamentares contra 68 ou 63, o dado me foge à memória agora, foram contra essa iniciativa. No ano passado, enquanto a maioria dos senhores estava empenhada em suas campanhas, empenhado em seus trabalhos para retornar a esta Casa, quase que às escondidas, no Senado Federal, foi proposta uma ação fundamentada numa pesquisa que também trouxe em si fraude para promover uma série de audiências públicas. O Deputado Diego Garcia, do PHS, recentemente denunciou essa fraude que estava acontecendo nesta Casa, por meio do Portal da Câmara dos Deputados. Essas pesquisas, segundo o proponente daquelas audiências públicas, foram embasadas numa consulta de 20 mil pessoas que em 8 dias quiseram essa iniciativa para que pudessem discutir o tema e liberar o uso e o porte da maconha.

Dentre esses fatos e outros tantos, gostaria de chamar à reflexão desta Casa hoje para dizer que já existe no Senado Federal, e o Deputado Osmar Terra provavelmente, até porque é de sua autoria, virá discutir sobre esse assunto com mais profundidade, um tema a ser discutido, que já passou por esta Casa e está hoje no Senado Federal, para a conclusão de que a legalização e a liberação das drogas hoje não traz nenhum benefício para a sociedade.

Por fim, gostaria de convidar todos os que aqui estão a fazer uma reflexão. Se alguém, ao pegar o próximo avião para voltar ao seu Estado, soubesse que o piloto acabou de fumar um cigarro de maconha ou cheirar — porque a discussão do Supremo Tribunal Federal visa à liberação de todas as drogas, não está só discutindo a maconha —, será que essa pessoa pegaria esse avião? Como seria a sua chegada à sua cidade? Será que conseguiria chegar à sua cidade?

Estamos diante de um problema sério, sim; crônico, sim. Mas eu acredito que essa não é a saída. O caminho não seria a liberação, a legalização. Retirar hoje o fator inibidor do porte e uso de drogas nos causaria muito mais danos.

Gostaria de deixar essas breves palavras para não ser redundante naquilo que tinha que falar tecnicamente, ouvir e discutir também com todos os que aqui estão presentes.

Antes de concluir, há um vídeo que peço seja transmitido.

(Exibição de vídeo.)



O SR. VALDERI ALVES RIBEIRO - O.k. É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Ouvimos o nosso Secretário-Executivo da FENASP, Alderi Alves Ribeiro.

Ouviremos agora o nosso Deputado Osmar Terra, mestre em neurociências.

V.Exa. dispõe, também, de 15 minutos.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) - Queria também agradecer a oportunidade de estar aqui para debater, mais uma vez, esse assunto.

Quero dizer que eu não tinha preocupação com essa questão até uns 8 anos atrás. Foi a partir do momento em que eu estava na Secretaria — fui por 8 anos Secretário Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul — que nós começamos observar o crescimento geométrico do número de dependentes e de usuários de drogas no Estado, que é uma realidade nacional. A partir disso, dentro de um programa de prevenção da violência que nós fizemos no Governo Estadual — na verdade, era uma câmara setorial que envolvia segurança, saúde, educação, cultura —, mapeamos o Estado nos Municípios mais violentos e nos bairros mais violentos desses Municípios. Foi ali que nós começamos a detectar o tamanho que o problema estava tendo. Nós não sabíamos, até porque nem o Governo Estadual, nem o Governo Federal têm pesquisas adequadas sobre o tamanho desse problema, o uso de drogas e os danos pessoais, individuais e sociais que ele causa.

A partir dali, nós começamos, então, a acompanhar. Eu comecei a me aprofundar no tema, como médico. Fizemos um levantamento das questões vinculadas às drogas e o que vimos realmente é assustador. Nós estamos em plena epidemia do consumo de drogas no Brasil. Quem puxa isso é o *crack*, mas todas as outras estão indo juntas. Isso é um dado importante. *"Ah, mas estamos prendendo muita gente vinculada ao tráfico de drogas"*. Estamos prendendo muita gente vinculada ao tráfico de drogas porque tem muita gente traficando, mas muita gente mesmo, muito mais do que tinha 8 anos atrás! Eu diria três, quatro vezes mais gente traficando do que tinha 8 anos atrás!

Por que eu me baseio neste dado? Porque nós temos dados estatísticos, até de auxílio-doença do INSS, mostrando o crescimento geométrico do consumo de drogas, e do auxílio-doença por dependência química, em relação ao que existia antes, que era só o álcool. O álcool é a droga mais usada porque é a droga lícita, livre. Então ela é mais



usada. Normalmente afeta mais, um número maior de pessoas, porque é a droga mais usada.

Eu fiz uma apresentação para um tempo maior, meu querido Assis, mas eu vou tentar pular alguns eslaides. Discuti com o Ministério da Saúde à época e não vi nenhuma solução concreta. O Ministério da Saúde se baseia em uma profissão de fé, em uma filosofia, e não em dados científicos. A área de saúde mental do Ministério deixa muito a desejar, não tem uma resposta concreta a nada; os CAPS Álcool e Drogas no Brasil não funcionam, não têm efeito, porque eles não têm um protocolo científico — falando em ciência — do que dá resultado e do que não dá, de como tratar ou não tratar. Eles não têm nada. Só falam em redução de danos. Redução de danos é redução de danos, não é tratar uma doença grave do cérebro como é a dependência química. A dependência química tem uma base material. Modificam-se as conexões do cérebro, há uma alteração da estrutura da arquitetura cerebral quando a pessoa tem o uso continuado de uma determinada droga, e aquilo ali fica para sempre. Por isso que é uma doença crônica incurável, porque a pessoa vai ter que fazer depois um esforço enorme para ficar em abstinência, se quiser levar uma vida minimamente normal.

Então eu procurei, para me basear nessa discussão, evidências históricas e científicas, e em algumas eu discordo da Dra. Andrea Donatti, embora o debate seja para isso.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em primeiro lugar, vou falar dessa fábula inventada. Na política, vemos muito isso. Pessoas criam um mundo paralelo, inventam uma história e ficam contando uma história do mundo paralelo onde as pessoas de quem elas não gostam são vilões e as de quem elas gostam são os heróis. E aquilo não tem nada a ver com a realidade. Esta é uma história contada e recontada, repetida, na questão das drogas: está tudo assim por causa da guerra às drogas criada pelo Nixon, como se o Nixon tivesse esse poder todo. Fala-se que começou tudo em 1912. Não, na proibição das drogas no mundo vem desde o século XVIII. As drogas sempre foram livres, a humanidade testou as drogas em milhares de anos. Quando os dirigentes, os governos começaram a entender a relação de tragédias sociais, de problemas graves que aconteciam com as pessoas, com as famílias e com a sociedade, é que eles começaram a proibir.



O primeiro édito de proibição que houve foi em 1799, do imperador chinês proibindo o ópio na China, dizendo que o ópio destruía as famílias, que o ópio destruía a sociedade da China. Para surpresa de quem acompanha a história, a Inglaterra ficou contrariada, porque a Inglaterra produzia a papoula e fazia o ópio na Índia, e vendia na China. Quando a Inglaterra começa a vender o ópio na China, começa a ter um lucro fabuloso, porque lá é legal; quando o imperador proíbe, os comerciantes ingleses se revoltam e fazem a rainha da Inglaterra — na época, a Rainha Vitória — declarar guerra à China, invadem a China.

Hong Kong passou a ser propriedade da Inglaterra por causa da chamada guerra do ópio. A primeira guerra foi para legalizar as drogas na marra. Era proibido na Inglaterra, mas a China tinha que consumir, porque dava muito dinheiro para os comerciantes ingleses.

Então, a Inglaterra invadiu a China duas vezes. O imperador ainda tentou reagir depois, eles invadiram de novo, incendiaram o palácio do imperador em Pequim com 8 mil soldados. No máximo, com 8 mil soldados, eles controlaram a China inteira, porque o exército chinês não conseguia sair dos alojamentos por causa do vício do ópio. O imperador disse que um terço da população não conseguia sair de casa mais. Os serviços públicos estavam entrando em colapso por causa do ópio. Os ingleses controlaram praticamente sem resistência do governo chinês.

Eu estou dizendo isso porque é um absurdo dizer que o Nixon mandava na política de drogas da China. A China era o maior adversário do Governo americano na época. O que a China faz com a droga? O que os países socialistas todos — porque aí não tem essa conversa de esquerda e de direita — fazem? A maioria tem pena de morte para o tráfico. A maioria coloca os dependentes químicos em centros de reabilitação por 2 anos isolados, mais isolados que as comunidades terapêuticas, por 3 anos ou mais. É assim na China, é assim no Vietnã, é assim nos países socialistas todos. Em Cuba há pena de prisão perpétua. Fuzilaram um general cubano há uns 20 anos porque ele estava envolvido com o tráfico de drogas.

Então, não venham me contar essa historinha de que o imperialismo americano criou uma política de guerra às drogas. Os países do mundo foram, aos poucos, independentemente de credo político ou ideológico, todos se dando conta dos danos que a droga causa à sociedade e foram proibindo.



Hoje, os 198 países da ONU proíbem as drogas, inclusive o Uruguai, onde uma ala do governo estava tentando, e conseguiu aprovar por 3 votos no Senado, a liberação da maconha, mas não liberou o *crack*, nem outra droga, nem descriminalizou o uso de outras drogas, com a pueril argumentação de que aquilo ali ia enfrentar o tráfico de drogas, ia diminuir o poder do tráfico.

Vã ilusão! O tráfico aumentou, a violência aumentou, por quê? Porque as pessoas têm um transtorno mental. Isso não se fala aqui. Só se fala das pessoas que usam recreativamente, só que uma parcela enorme da população tende a ficar dependente rapidamente, e essas pessoas têm um transtorno mental, a maioria não consegue trabalhar.

Então, vamos passar aqui uns dados científicos também que a doutora apresentou. Eu gostaria de apresentar.

Esta aqui é uma discussão entre ciência e crença, eu vou falar de ciência aqui.

Estes são os neurônios.

As descobertas sobre a memória nos deram a base para entender a dependência química. A dependência química é uma nova memória que o cérebro forma. Quanto maior o estímulo que o neurônio sofre, principalmente no sistema dopaminérgico, no caso das drogas, mais conexões ele forma, e rapidamente, para se conectar com outros neurônios. Aquilo fica de forma permanente, é uma memória de longo prazo que não tem mais volta. Ela cria uma dependência permanente, e a pessoa vai ter que lutar contra isso.

As pesquisas do NIDA — National Institute on Drug Abuse mostram que 50% dos adolescentes que fumam maconha uma vez por semana ficam dependentes, 50%! Os adultos, de 9% a 11% dos que começam a fumar na idade adulta ficam dependentes.

Há dados contraditórios nas pesquisas que a doutora mostrou. Há uma pesquisa que diz que só 1,5% fica dependente e outra que diz que 9% ficam dependentes. Uma é nacional e outra é internacional. Não vou fazer debate sobre pesquisa.

Ha um vídeo sobre a descoberta de onde é que funciona o centro que estabelece a dependência no cérebro. James Olds colocava eletrodo dentro do cérebro de ratos para testar movimentos.

Ele não estava preocupado com essa questão de dependência química, mas de repente ele errou e colocou em determinado lugar. E cada vez que o ratinho apertava um botão e recebia um estímulo elétrico naquela região do cérebro, ele queria apertar de



novo e de novo, e não parava de apertar por causa do prazer. Ele ficava apertando até morrer, não comia, não bebia, não fazia mais nada.

Essa experiência mostrou onde funciona o centro de recompensa cerebral, que é onde o sistema dopaminérgico atua mais.

Como o Dr. Salomão disse, esses são casos de parricídios. No Rio Grande do Sul está aumentando o número de parricídios, que é o filho desesperado para conseguir dinheiro para drogas e ataca os pais e mães, sem falar dos casos de espancamento de pais e mães, que é muito frequente também.

Nós temos que falar do transtorno mental que a droga causa. Parece que a droga é só um problema sociológico, mas não é. Há transtornos mentais que criam problemas sociais e econômicos sérios. A causa que leva a pessoa a usar a droga pode ser uma causa social, pode ser um estresse, o que é completamente diferente da causa que a leva a continuar usando a droga.

Depois que se cria a dependência, não há mais nada a ver com o motivo do começo do uso. Depois que ela cria dependência, ela usa pela dependência, é uma alteração do cérebro.

A mesma coisa ocorre com o cigarro. Cigarro é uma droga horrível de se usar. Ninguém começa a fumar cigarro por prazer, inclusive tosse ou passa mal. Por quê depois a pessoa não consegue parar? Por que se altera o centro de recompensa cerebral para sempre. A pessoa tem que fazer um enorme esforço para não usar.

Essas são as cracolândias. Todas as cidades brasileiras têm cracolândia, até as tribos indígenas têm cracolândia. Isso se espalhou, é uma epidemia brutal. Quero mostrar que quem é adepto da liberação das drogas não fala na epidemia.

Mostro aqui o valor do auxílio-doença pago pelo INSS. Até 2006, o maior gasto era com o álcool, mostrado na linha amarela, que não se altera nos anos. Álcool é uma droga legal, de fácil acesso, as pessoas têm a tendência de ficar dependentes.

Olhem a linha vermelha, que é a linha do *crack* e da cocaína. Em 5 anos, o valor do auxílio doença relativo à cocaína já é 3 vezes maior do que o álcool. Se se fizer uma pesquisa agora em 2015, ele deve estar 4 ou 5 vezes maior. A progressão é geométrica, ou seja, trata-se de uma epidemia, e, em se tratando de epidemia, quanto mais vírus no ambiente, mais pessoas doentes. Quanto mais drogas houver oferecidas no ambiente,



mais pessoas dependentes haverá. Isso é uma questão lógica, é científico, e é o que estamos discutindo.

Não há nenhuma pesquisa mostrando que se reduz o uso de drogas com sua liberação. Ou, se há pesquisa dizendo isso, está errada. Nós temos pesquisas que mostram o contrário.

Todas as pesquisas divulgadas em Portugal foram feitas através do Instituto Cato, um ultra neoliberal instituto americano que faz propaganda pela liberação. Milton Friedman, da ultradireita americana, faz propaganda de liberação de drogas.

Quanto à maconha, meus amigos, a maconha que existe hoje não é a maconha do Woodstock, não é a maconha do *rock and roll*, é a maconha *skank*, uma maconha incrementada que tem 10 vezes mais THC do que a antiga. A maconha é a droga que atinge o maior número de receptores cerebrais, mais do que o *crack*, do que a cocaína, do que todos. Ela altera as regiões do cérebro.

Quero mostrar um dado do Hospital das Clínicas de Porto Alegre. Por 1 ano, eles fizeram exames toxicológicos em motoristas de acidentes com vítimas fatais. Quase mil pessoas foram examinadas. A droga que mais causa acidente com vítimas fatais não é o álcool, é a maconha. O álcool é a segunda. O transtorno e a distorção de percepção que ela causa são enormes.

Na *Folha de S.Paulo* de domingo saiu uma matéria mostrando que aumentou a mendicância e a violência em Denver, no Estado americano do Colorado, a partir do momento em que eles liberaram a maconha. A cada ano que passar, nós vamos ver isso com mais frequência nesses lugares ditos liberais.

Esse é o grande patrocinador, George Soros, que nós vamos aqui abraçado com Mujica. Ele financia a ONG Igarapé e a Viva Rio. Ele financia a Open Society, indiretamente, também. A Open Society está com mais dinheiro do que a SENAD para fazer campanha pela liberação das drogas.

O INA — Instituto Nacional de Administração, de Portugal, fez uma pesquisa sobre as drogas paralelamente à pesquisa de João Goulão. Ele fez o programa, fez as pesquisas e passou ao Instituto Cato os resultados, dizendo que a liberação é uma maravilha, que resolve tudo, que diminui o consumo. Mas não diminui. O INA mostra o contrário: vejam como aumenta consumo em Portugal depois que a droga foi liberada.

Essa é a imagem de uma cracolândia portuguesa, mas de consumo de heroína.



Para terminar, vejamos os mitos relacionados ao consumo das drogas: maconha não faz mal; maconha não cria dependência; maconha é remédio; se for legalizada, vai diminuir o número de usuários; se for legalizada, acaba a violência vinculada às drogas.

Dizem que maconha funciona como remédio: trata câncer, trata dor, trata tudo. Eu só digo o seguinte: o veneno da jararaca possui um potente vasodilatador, a bradicinina, substância do Captopril, o remédio mais usado para pressão alta. A substância é separada — ninguém receita veneno de jararaca para ninguém. A maconha possui 400 substâncias que causam danos ao pulmão e ao cérebro, uma delas pode produzir certo efeito no caso de epilepsia. Então, vamos separá-la e usá-la separadamente. Ela não pode ser desculpa para fumar maconha.

Eu teria muitas coisas para dizer, e uma delas é que estou no movimento contra a liberação, naturalmente. Acho que não há exemplo nenhum no mundo de país que tenha liberado, afrouxado o uso, e que tenha visto a situação da sociedade melhorar — pelo contrário: os países onde houve maior redução de doentes e de violência foram os que jogaram mais duro contra as drogas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Obrigado, Deputado Osmar.

Vamos ouvir agora a Dra. Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília — UnB.

A senhora dispõe de 15 minutos.

A SRA. BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE - Bom dia a todas e a todos! Eu queria primeiramente parabenizar o Deputado Assis Carvalho pela iniciativa desta audiência pública e cumprimentar todos os presentes, especialmente a minha colega de universidade, a Profa. Andrea Gallassi, com quem tenho grande afinidade, não apenas do ponto de vista ideológico, mas também do ponto de vista científico, uma vez que ambas militamos nesse campo relacionado à questão do proibicionismo das drogas, a profa. Andrea na sua especialidade da saúde, e eu na área da criminologia do Direito Penal.

Não trouxe nenhum Power Point. Na verdade, esperava mesmo que a fala não demandasse muito mais do que alguns apontamentos, elementos e referências que gostaria de trazer à reflexão de todos. Nós estamos em um ambiente politicamente inigualável, dada a sua possibilidade de reformas, de caminhada e de modificação do



cenário legislativo e da realidade nacional, estamos dentro do Poder Legislativo, falando com Parlamentares, os detentores da missão constitucional de legislar, isto é, de definir a proibição ou a permissão de comportamentos, já que nos referimos especificamente ao interdito penal, ao interdito criminal.

É uma grande honra para mim, Sras. e Srs. Deputados, como professora e pesquisadora, estar aqui presente para esta interlocução com V.Exas., buscando, sem nenhuma fraude, sem nenhuma desonestidade, trazer nossa experiência na pesquisa e nossos anos de luta e de acúmulo de informações. É evidente que não temos certeza do futuro. Ninguém tem certeza do futuro. E eu duvido muito daqueles que trazem mensagens de que o futuro será assim ou assado. É fácil ser profeta do passado, afinal de contas, o passado é um dado. E, ainda assim, é possível ler o passado de formas distintas, dependendo da lente de quem o lê.

Eu vou tentar não politizar esta discussão, que é uma discussão difícil de ser travada.

Às vezes, Deputado Osmar Terra, eu ouço, com toda a sua veemência e ênfase, o seu discurso político, e V.Exa. tem todo o direito de fazer crítica política e até de fazer crítica ao Governo atual. Eu gostaria de tentar fazer aqui um exercício que é exatamente no sentido contrário. Eu não confio em terreno neutro e não quero dizer a ninguém que nós somos neutros — acho que nem sabão é neutro. Todo mundo tem um interesse, todo mundo tem um objetivo. Mas acho que nós devemos nos despir de certos pânicos, de certos medos, de certos mitos e de certas paixões e tentar fazer este debate sem trazer argumentos ou críticas para o terreno pessoal, no estilo acusatório. Até porque todos aqui somos adultos, não acreditamos em Papai Noel, não é mesmo? Então, nós sabemos ler a realidade. Ninguém veio aqui trazer informações falseadas, ninguém vem aqui para deturpar a verdadeira intenção, que é liberar o uso de drogas. Eu gostaria que nós tentássemos fazer um exercício adulto e maduro, um exercício sobretudo democrático e civilizado de debate, diálogo, com respeito ao argumento do outro.

A própria história traz ensinamentos — a historicização dos assuntos é importante, para que possamos desnaturalizar crenças, mitos e medos. As histórias dos mandarins chineses com o ópio, as histórias de Al Capone, enfim, o passado nos ensina. Seja lá porque Nixon, o governo chinês, seja lá porque a Coroa do Reino Unido, em algum momento histórico, fizeram determinada condução do problema das drogas que culminou



nisso, naquilo ou naquele tipo de violência, isso apenas nos ensina algo, que, para mim, no momento atual, é extremamente caro: o proibicionismo, a proibição, sob a ameaça do castigo "*se você continuar usando droga, eu te meto na cadeia*", fracassou. Essa é a pura leitura da realidade!

Obviamente não vou abrir uma discussão com o especialista da área médica, da área da saúde, sobre o que é transtorno mental, sobre se a droga é capaz de produzir transtorno mental, ou se ela, em vez de produzi-lo, possa vir a potencializar algum tipo de transtorno. Essa é uma discussão médica importantíssima que tem que ser feita. Mas eu gostaria de dizer apenas que é a primeira vez que ouço a receita do BOPE para curar transtorno mental. Com certeza, não é cadeia que vai curar transtorno mental.

Acho que nós temos que ter bastante sinceridade. Nós temos que ter uma atitude muito aberta, muito honesta, muito dialógica, muito republicana e muito democrática nesse campo, pelo fato de que todos nós aqui conhecemos alguém que usa droga. Às vezes, até nossa família tem não apenas um usuário de droga, mas um dependente de droga. Não gosto de confundir as duas coisas. O pessoal da área médica que detém conhecimento especializado para nos ensinar isso poderia, quem sabe, depois nos esclarecer melhor. Mas nós podemos perfeitamente fazer uma distinção entre uso, abuso, drogadição. Não podemos tratar os usuários como se todos fossem doentes! Em meu modo de ver, essa é uma forma de negar a realidade, porque todos nós conhecemos pessoas que fazem uso de drogas, inclusive drogas lícitas, e que não apresentam problema comportamental. São pessoas que fazem a utilização de alguma droga, seja ela o vinho, seja ela o Viagra...

Diga-se de passagem, o Brasil é campeão no consumo de Viagra, é o país que mais consome Viagra atualmente. Hoje em dia, não existem mais sábios, existem ganhões. Nós estamos no tempo dos ganhões. Nós não temos mais sábios, os velhos sábios. Ninguém quer ser velho sábio! Todo mundo quer usar uma droga para ativar a atividade sexual! Todo mundo quer usar uma droga para, digamos, ativar os neurônios e conseguir render num tipo de trabalho, como numa cirurgia, uma neurocirurgia, que exige um certo nível de domínio dos movimentos — a mão sequer pode tremer. Uns preferem tomar um vinho, um cabernet chileno, outros preferem fumar a cânabis, sem que isso resulte necessariamente num problema de contato com a polícia. E por que não? Aí entra o nosso grande marco sociológico.



Nós sabemos que há uma seleção no sistema penal. Há um recorte seletivo no sistema penal que acaba vitimizando, podemos dizer assim, Deputado, a pessoa que é mais vulnerável no sistema. Ou seja, há pessoas que detêm pouca capacidade de se tornarem resistentes ao processo de criminalização. Normalmente, são pessoas que não têm como fazer muito barulho, que não têm como causar muito problema ao político, ao juiz ou ao delegado, são pessoas pobres e, ultimamente no Brasil, são jovens — jovens! —, pessoas cuja idade está basicamente entre 18 e 29 anos, referindo-me à idade de responsabilidade penal. São elas que representam a maior parte da população criminalizada hoje em função do tráfico. Na verdade, a maioria das pessoas criminalizadas e que cumprem pena em função do tráfico não são os traficantes! E por que não são os traficantes?

Desde 2006, fizemos pesquisas no sistema de Justiça tanto do Distrito Federal quanto de outras regiões do Brasil, e descobrimos que a maioria dos indivíduos que estão pagando o pato pelo proibicionismo de droga não são integrantes de organizações criminosas, mas réus primários, ou pelo menos ainda não foram sentenciados em outro processo. São esses que lotam o sistema penitenciário brasileiro, sendo que, também em sua maioria, comercializam a droga, sim, inclusive com o interesse de obter algum retorno financeiro para efeito de sustentar o próprio uso. Na maioria das vezes, o próprio vício é uma figura que a lei penal não reconhece ou, ainda que faça um esforço para reconhecer, a prática do sistema de Justiça não identifica o indivíduo como um híbrido dependente/comerciante — e ele é as duas coisas ao mesmo tempo.

Vou fazer mais uma referência a um exemplo dado na fala do Deputado Osmar Terra, que lembrou o filho desesperado. É uma imagem bastante chocante, apesar de não ser uma imagem que domine o campo da criminalização de drogas. A dor que predomina nesse campo é a dor do próprio criminalizado, que é a única vítima, digamos. O exemplo trouxe o caso do filho que mata a própria mãe para obter dinheiro para adquirir droga. Esse tipo de tragédia — isso, sem dúvida nenhuma, é uma tragédia — só acontece por efeito de um proibicionismo rotundo, que já se exauriu.

E, sob a forma de análise política, vou falar sobre a possibilidade de uma análise na transição. Pensar uma transição para a descriminalização da cânabis — e não me refiro a todas as substâncias hoje consideradas ilícitas —, do ponto de vista sociológico, é irreversível. Ela é irreversível! Nós vamos chegar a isso, assim como outros países



chegaram. Acho que é o momento de realmente assumirmos o fracasso do proibicionismo e começarmos a discutir — tomara que em breve já estejamos fazendo isso — o dia seguinte da descriminalização: ver quais seriam as ações responsáveis, maduras, inteligentes que a comunidade e o Governo brasileiros já deveriam ir implementando, ou que devem intensificar e efetivar no nosso *day after*. Isso não deixa de ser um exercício de futuro já que, embora não seja uma profecia, tem uma base empírica, evidentemente.

Essas são preocupações reais de quem está próximo do problema, pelo lado do direito penal, da penitenciária, pelo lado criminológico.

Gostaria de finalizar, Deputado — não sei se ainda disponho que algum tempo...

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - A senhora terá a mesma tolerância concedida ao Osmar, de até 5 minutos, mas, se puder concluir antes, eu agradeço.

A SRA. BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE - Eu acho que consigo concluir antes. Quero apenas fazer uma observação, para nossa reflexão.

Eu costumo fazer uma leitura não categorizante, mas que não deixa de ser também uma espécie de recurso a categorias da Sociologia, Max Weber ou algo assim, com fundamento empírico. Quer dizer, não é uma abstração da realidade, mas, uma leitura sistemática de uma realidade, que nunca devemos abandonar.

Não negamos que haja hoje, sim, no terreno social e, sobretudo, no campo criminológico, um incremento da violência. Não se nega isso. A violência aumentou, Deputado. A violência aumentou no mundo inteiro! É uma violência que inclusive vem desafiando as novas práticas de segurança pública em vários países do mundo. O tráfico aumentou? Aumentou. E, quando digo que o tráfico aumentou, não estou apenas falando do tráfico com a intenção de lucro, mas também à mera cessão gratuita, não onerosa, da droga. O uso aumentou? Aumentou. E também a quantidade de drogas novas aumentou. Esse é um grande gargalo do proibicionismo, porque, quanto mais se proíbe, mais drogas aparecem. Nós começamos a pensar um mundo futuro em que teremos de deixar uma proibição em aberto: "*Fica proibida...*" e três pontinhos, porque nós não vamos mais conseguir acompanhar a quantidade de drogas proibidas no plano criminal.

É exatamente isso que demonstra o fracasso do proibicionismo, porque, até agora, a única coisa que nós experimentamos foi a ameaça de castigo, foi o BOPE, foi o Capitão Nascimento, enfim... Porque nós amamos muito o próximo e queremos muito o bem do



próximo, achamos que sabemos melhor do que ele o que é bom para ele, metemos o próximo na cadeia com a presunção de que de lá ele vai sair um cidadão melhor.

Quanto à campanha do cigarro e a redução do seu uso... Eu sou fumante, sou tabagista — já parei cinco vezes e estou querendo parar pela sexta vez — e, como tabagista, fui diretamente atingida pela campanha contra o fumo, sem nunca ter sido presa. Eu me considero uma felizarda nesse sentido, porque talvez a minha tragédia fosse muito maior se alguém tivesse a grande ideia... E por que estou dizendo "presa"? Porque o usuário, neste País, ainda é preso. O usuário, seja ele simplesmente, puramente usuário, ou o seu misto de usuário com...

Enfim, acho que ultrapassei o tempo, mas eu queria dar essa última informação. Vamos continuar o debate.

Agradeço-lhes muito pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Muito bem.

Concluída as exposições, eu acho que o objetivo do nosso requerimento está sendo alcançado. Nesta primeira etapa, compreendo que está havendo um rico debate, com fundamentações, cada qual defendendo o seu ponto de vista, com mútuo respeito. Vamos ter um segundo momento, que é a discussão entre os Parlamentares. Se continuarmos na mesma linha, eu acho que nós ofereceremos à sociedade um bom documento para que, depois, possamos trabalhar e encontrar uma alternativa para a sociedade a respeito desse assunto.

Quando decidi apresentar o requerimento, e agradeço a quantidade de Deputados que o subscreveram — muitos não puderam estar aqui, mas alguns estão presentes e logo mais vão se manifestar —, foi porque eu tinha, e continuo tendo, mais dúvidas que certezas. O assunto é muito complicado.

Tenho esposa e três filhos, e agradeço muito a Deus porque nem eu, nem minha esposa, nem meus três filhos fumamos qualquer tipo de cigarro, nem lícito, nem ilícito. E, coincidentemente, não temos ninguém próximo da família, pelo menos que conheçamos, que tenha esses vícios. Mas conheço muita gente que vem sofrendo muito com essa situação.

Penso que temos que fazer um debate exatamente nesse nível, porque é um assunto que o mundo inteiro está discutindo. Haverá um momento em que ele chegará a esta Casa, porque já está no STF, diante dos debates que estão sendo colocados. Não



adianta nos vestirmos de critérios morais, muitas vezes nos escondendo do debate ou fazendo o debate ao nosso estilo, e ele chega atravessado, e nós continuamos sem responder aos anseios da sociedade.

Entre as minhas incertezas, pelo menos uma certeza eu tenho: que o modelo vigente está falido, que o modelo vigente não responde, uma vez que todos os dias aumenta a violência, aumenta a quantidade de pessoas agredidas em função das drogas. Essa é a realidade. Não tenho uma solução, mas tenho a certeza de que o modelo não está funcionando.

Tenho um certo cuidado para tratar nesse assunto. Tenho medo, muitas vezes, do estilo acusatório que foi levantado aqui nos termos apresentados, porque não me sinto bem diante da possibilidade de, se levantarmos a descriminalização, alguém dizer que queremos que as pessoas usem drogas. Eu acho um absurdo qualquer pessoa tentar me colocar o carimbo de que defendo que alguém use droga. Eu gostaria é que ninguém usasse qualquer tipo de droga, nem cigarro, nem álcool. Eu faço uso de bebida alcoólica socialmente. Quando posso, tomo meu Campari, tomo uma dose de vinho, tomo meu uísque, que até gostaria de não tomar também; tomo muito pouco, mas acho que não deveria tomar, inclusive porque é um mau exemplo para os adolescentes e as crianças.

A sociedade foi nos ensinando que isso era bonito. Sou de uma geração que via aquelas belíssimas propagandas do Arizona, em que um jovem montado a cavalo passava a ideia de que fumar era chique. Eu era brega, porque tentei fumar, parece-me, duas vezes — tossia e sentia mal —, e não consegui, graças a Deus. Sou fumante passivo, aliás, todos nós. Se chego a um local em que alguém está fumando, como sou alérgico, saio logo, porque começo a tossir. Mas nunca fumei, nunca aprendi a fumar, graças a Deus.

Então, quero deixar bem claro que não concordo com o modelo coercitivo existente. Não estou convencido de que a liberação seja uma alternativa, não sei se é o caminho. Acho que temos que encontrar uma saída, mas lamento que, toda vez que se levanta esse debate, alguém venha logo dizer que queremos abrir a possibilidade para que as pessoas sejam zumbis nas ruas, que ande todo mundo drogado. Acho isso uma maldade e até uma falta de responsabilidade no debate.

Quero dizer que achei este debate de uma grande riqueza de apresentações científicas. É sendo um bom debate. Não há dúvida nenhuma: qualquer um de nós sabe



que as drogas prejudicam o cérebro — isso é um fato. Em relação a isso, não há questionamento de nossa parte.

Com muita alegria, comunico a presença do nosso querido Presidente Antonio Brito nesta reunião.

Peço a S.Exa. permissão para continuar presidindo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Muito obrigado, Presidente. Agradeço sua presença.

Bem, tenho certeza de que os Deputados aqui presentes têm boa vontade e pleno respeito a este debate. Teremos outros debates, espero que nessa linha, que está muito boa, muito elevada.

Gostaria de falar sobre minhas desconfianças. Uma delas é relativamente à juventude. Todos nós um dia fomos jovens e todos nós, no período da juventude, somos apaixonados pelo proibido — hoje talvez menos, não sei como é. Quem não gostava de namoro proibido? Quantos jovens não gostam de pegar o carro do papai e da mamãe escondido. Não sei explicar isso cientificamente — talvez o Deputado Osmar seja melhor nisso, assim como as professoras que estão aqui —, mas o fato é que o jovem já tem, assim me parece, um grande interesse pelo proibido, e eu tenho a desconfiança de que talvez as drogas proibidas provoquem nos jovens um interesse maior.

Tenho conversado com meus filhos, principalmente com o de 18 anos, mas tenho outro de 24 e outro de 26 anos. Eles não fumam e dizem que os colegas não gostam desses cigarros que se compram, mas há os que gostam dos que se compra de forma proibida. Parece que as carteiras de cigarros compradas na quitanda da esquina não dão mais prazer para a juventude. Isso me chama a atenção. Será que a proibição não é um estímulo? É uma pergunta que faço e para a qual não tenho resposta, mas acho bom refletirmos sobre elas.

Outro ponto que me preocupa nessa questão são os interesses que infelizmente sabemos que o comércio mundial impõe. A questão do tráfico, não há dúvida, é muito perigosa, e é uma realidade, mas quem está indo para a cadeia é o PPP: o pobre preto periférico. Não existe uma coisa que me incomode mais do que ligar a tevê na minha cidade e ver aquele teatro do delegado fazendo festa porque pegou uma boca de fumo e prendeu aqueles pobres descamisados, que ele expõe. Aquilo para mim é de uma



maldade muito grande, porque tem muita gente ganhando dinheiro por trás daqueles zumbis. Ali, sim, são zumbis, mas as mãos de muita gente nem se aproximam de lá.

Será que não havia outra forma de identificar isso? Talvez se existisse um mapeamento com um cadastramento mais claro, se o Governo tivesse outra forma de acompanhar... Talvez, se pelo menos houvesse um certo mapeamento da discriminação, isso seria mais fácil de acompanhar.

Mas ainda há uma coisa mais grave: os grandes traficantes, os médios e os grandes, não consomem drogas. Estão em Las Vegas e em lugares assim tomando uísques caros, belos, usando o dinheiro dos médios e pequenos traficantes — são quase intocáveis.

A coisa é muito mais profunda, então eu faço perguntas — não tenho repostas. Toda vez que há um debate sobre tirar propaganda de drogas da televisão ou dos jornais, meu voto é imediato. Acho um absurdo essas coisas de uso de mulher de perna aberta com uma cerveja no meio, dizendo que desce redondo, e não sei o quê. Essa coisa é de uma pobreza, de uma maldade, de uma falta de tudo. Já avançamos bastante, principalmente na questão do cigarro, mas ainda temos muita coisa para pela frente.

Enfim, a meu ver, divulgação não deve ocorrer. O convencimento, a educação em sala de aula me parecem o caminho mais curto do que o caminho do proibido, porque o proibido encanta, anima, provoca. Nós gostamos do que é proibido. E os impostos recolhidos, como os do cigarro, ajudam um pouco os que, lamentavelmente — sempre vão existir essas pessoas —, são prejudicados pelas maldades da sociedade.

Eu coloco apenas interrogações, porque estou realmente mais para ouvir. Eu sei que nós teremos muitas contribuições boas de pessoas que compreendem muito mais sobre este debate, Deputados que estudam este tema. Nós vamos agora, portanto, abrir o debate para os nobres Deputados e Deputadas, que têm muito a contribuir com esta discussão.

De início, vamos passar a palavra aos Parlamentares que comigo assinaram o requerimento.

Tem a palavra o Deputado Carlos Andrade.

O SR. CARLOS ANDRADE (Bloco/PHS - RR) - Deputado Assis, eu gostaria de pedir para fazer uso da palavra num segundo momento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Não há problema, Deputado



Seguindo a lista de inscritos, vamos ouvir agora o Deputado João Marcelo Souza, do MDB do Maranhão, por 3 minutos.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, eu vou ser breve.

Bom dia a todos e a todas!

Eu quero parabenizar o Deputado Assis Carvalho pelo requerimento, que é muito bem-vindo, assim como pelas colocações. Cumprimento também a Dra. Andrea, a Dra. Beatriz e o Dr. Salomão pelas exposições.

Cumprimento ainda o Sr. Valderi — infelizmente não ouvi toda a sua exposição, mas sei que as igrejas evangélicas fazem tratamentos importantes. Gostaria de dizer ao senhor que farmácias e drogarias também vendem drogas. Ou seja, droga não é uma coisa necessariamente ruim.

Meu amigo Osmar Terra, com quem lutei do mesmo lado no campo de batalha contra a maioria penal, agora nós estamos em lados opostos. V.Exa. tentou acabar com uma coisa que os filósofos já tentaram acabar há muito tempo: a dicotomia cartesiana mente-corpo, considerando tudo como se só houvesse cérebro.

É difícil, Osmar. O mundo *psi* está aí. Eu sou psicólogo de formação, como o Osmar sabe e os amigos talvez saibam. Nós não podemos tratar o tema só como uma questão de cérebro, pulmão e coração. O tema é muito mais amplo e inclui o psiquismo e o ambiente, que alteram toda a movimentação do cidadão para se drogar na condição de usuário recreativo ou na condição de drogadito, de viciado.

Mas eu não vou entrar nesses méritos, porque são questões científicas, e vão ficar a cargo dos senhores. Esse não é o meu papel aqui. Não vou entrar no mundo *psi*, porque ele é grande. Se causa esquizofrenia ou não, isso não existe — é papo furado. Um por cento? Isso também não existe. Há quem viaja para um lugar e tem um surto esquizofrênico. Se é o vestibular ou se é porta de entrada para outras drogas... Eu já vi tanta coisa... Eu fiz estágio no Hospital Psiquiátrico de Taguatinga — lá eu vi esquizofrênicos, eu sei o que é esquizofrenia. Eu tratei, cliniquei, estive como neuróticos e psicóticos. Então, acho que não vale a pena entrar nesse mérito. O que está em questão realmente é o que está sendo discutido no STF. No STF, como a Dra. Beatriz disse muito bem, a lei atual não se sustenta. Nós temos que mudá-la. Hoje, o que o STF está fazendo



é legislar por nós. Legislou no caso do casamento *gay* e vai legislar agora, relativamente às liberdades individuais.

Eu, como psicólogo, vou tratar a coisa do ponto de vista do sofrimento mental, de sofrimento pessoal do cidadão que usa droga. Sou a favor da descriminalização e tenho aqui o apoio do Conselho Federal de Psicologia, isto é, estou amparado pelo Conselho Federal de Psicologia para falar o que estou falando.

O usuário é um sofredor. Um alcoólatra, uma pessoa viciada em nicotina fica em sofrimento. São várias as situações em que ela sofre e a família sofre junto. Então, apenas para reflexão, faço a seguinte pergunta: cabe penalizar quem está em sofrimento? Cabe punir quem já está sofrendo, quem já está passando por uma situação difícil? Para nós, psicólogos, isso é um absurdo, é uma ignorância, é como se estivéssemos na Idade Média. Isso não pode mais acontecer.

Acredito que aqui a maioria seja contra, mas já estamos vendo que o STF vai legislar sobre isso por nós.

Peço aos que são a favor da descriminalização que continuem na batalha; aos que são contra, que reflitam um pouco mais. Sou a favor da descriminalização do usuário — ele não pode passar por isso, não pode ser penalizado — e sou a favor de cadeia para o traficante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Com a palavra meu grande amigo Deputado Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTTO (PSB - ES) - Parabéns ao Deputado Assis Carvalho e parabéns a todos os integrantes da Mesa pela alta qualidade e seriedade com que cada um expressou o seu conhecimento, a sua opinião. Infelizmente, eu não tive tempo de ouvir o Dr. Salomão.

A impressão que temos é que a de que o modelo atual faliu. Quanto mais investimos financeiramente, menos resultados conseguimos. Eu vi uma reportagem, há 4 ou 5 anos, sobre uma conta que os Estados Unidos tinham feito: eles tinham investido 1 trilhão de dólares e não tinham conseguido dar um passo adiante na melhoria do consumo e na repressão ao tráfico. Parece-me que no Brasil a coisa não é muito diferente: a quantidade de presos tem aumentado, e o custo econômico disso é alto, assim como o custo social, uma vez que nossos presídios estão se transformando, cada



vez mais, em núcleos de formação de criminosos: o usuário pego com uma quantidade maior de droga é preso e, dentro da penitenciária, aprende a traficar em volumes maiores. É a impressão que temos, ou melhor, é a realidade que temos visto.

Nós, detentores de mandato, temos um misto de medo da opinião das pessoas ao nos manifestarmos. E aí, como falou o companheiro que me antecedeu, o Supremo Tribunal Federal, vendo presídios superlotados e a Nação atravessando um momento financeiro que não a permite fazer mais presídios e colocar mais gente presa, toma "coragem" — entre aspas — e parte para uma decisão que, na minha maneira de ver, neste momento, é mais para esvaziar o sistema e baratear o custo do que para realmente dar uma solução para o problema, porque nem eles a têm.

Então, considerando as dúvidas que tenho, vou fazer algumas perguntas, baseado no que ouvi.

Pergunto, primeiro, à Dra. Andrea: nos países onde a repressão é muito dura — e tivemos recentemente um brasileiro sentenciado e executado na Indonésia —, isso mudou? Neles não há um consumo grande escondido, não há crimes associados a isso? O Deputado Osmar Terra disse que nos países de regime fechado a punição é severa. A droga também não entrou neles? A primeira pergunta é essa. Neles não há consumo, não há tráfico?

Ao Dr. Osmar eu pergunto: qual seria a sugestão que o senhor nos daria, como estudioso do tema, como neurologista e profissional da saúde que tem muito bem conceituada a questão do dano e da modificação do comportamento cerebral? Sei que o senhor fez parte da Comissão que estudou a questão das drogas e peregrinou o mundo inteiro com essa Comissão. Faço essa pergunta porque nem o senhor deu uma sugestão a respeito do que fazer. O senhor diz "não" à descriminalização, mas e aí? Nós temos um modelo que, na prática, naufragou e não resolveu o problema. O que fazer?

Por fim, faço uma pergunta à Dra. Beatriz. A descriminalização está chegando. Se não chegar pela legislação, pelo STF chega. E depois? O que vamos fazer depois de amanhã? Qual será o lucro social? Como vamos auferir lucro social da descriminalização, inclusive econômico, através da taxação da comercialização? Como vamos aproveitar, em dinheiro, a descriminalização? É claro que o tráfico causa um prejuízo danado para a juventude periférica, exposta, e há o custo das prisões e das penitenciárias. Como é que nós vamos transformar isso em lucro econômico e social para o País?



São essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Embora não tenha sido combinado antes, eu gostaria de consultar os Deputados sobre a questão das interpelações. O normal é que os Deputados se dirijam aos integrantes da Mesa por 3 minutos e que os interpelados tenham 3 minutos para responder. Se houver a concordância dos presentes, poderíamos fazer isso em bloco e depois retornaríamos a palavra à Mesa, para ganharmos mais tempo. Pode ser assim? Eu queria fazer esse acordo também com a Mesa. *(Pausa.)*

Então, peço aos convidados que anotem as perguntas. Depois nós devolveremos a palavra à Mesa, com alguma tolerância, para não perdermos o debate.

Concedo a palavra ao próximo orador, o Deputado Alan Rick, que dispõe de 3 minutos.

O SR. ALAN RICK (Bloco/DEM - AC) - Deputado Assis Carvalho, muito obrigado. Saúdo todos os participantes deste debate, os membros da Mesa e todos os demais Deputados presentes.

Farei algumas considerações. Vou ser muito sucinto.

Primeiro de tudo, conforme o art. 28 da lei antidrogas, não existe mais punição com restrição de liberdade; existem medidas socioeducativas. Esse argumento de que não podemos punir quem está sofrendo é pura balela. Isso não existe. Eu trato dependentes químicos há 15 anos. Acabei de sair de uma reunião com 15 integrantes de entidades terapêuticas que tratam dependentes químicos, porque o Estado não os trata. Eu pergunto às digníssimas doutoras: quantos leitos para desintoxicação de dependentes químicos existem nos hospitais de Brasília? Quanto leitos? Quantos existem no meu Estado eu sei: 18 leitos. E sabem quem trata, quem recupera essas pessoas? São as igrejas, as entidades terapêuticas. Sabem quantas dessas pessoas, em percentual, foram presas por conta do uso da droga? Seis por cento. A maioria é presa por conta do roubo e do furto que praticam para sustentar o vício. Isso tem que ser dito!

Outra coisa: já que o sistema está falido e que vamos abolir o art. 28, tornando-o inconstitucional, vamos também abolir o art. 121, o art. 155 e o art. 157 do Código Penal, porque também não deu certo a nossa política de repressão ao homicídio, ao roubo e ao furto. Não deu certo; a sociedade continua cometendo crimes! Então, vamos acabar com



a lei e com o Código Penal, porque também não estão dando certo. Os seres humanos continuarão matando, roubando e traficando.

A Dra. Beatriz Vargas falou que o usuário de drogas marginalizado e pobre lota o sistema penitenciário brasileiro. Apresente os dados, Dra. Beatriz. Apresente os números.

A SRA. BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE - Eu os tenho, Deputado.

O SR. ALAN RICK (Bloco/DEM - AC) - Por favor, depois me apresente os números.

É correto que existem muitos usuários presos. Concordo. Eu sou contra punir usuários. Eu trato dependentes químicos há 15 anos. O primeiro que eu levei para um centro de reabilitação foi um primo meu de 18 anos de idade, destruído pelo *crack*. E ele começou como usuário de maconha.

Eu sei o que é isso, doutoras. Eu já vi mães chorando desesperadas por seus filhos. "*Não, é só um usuário!*" Mas depois ele se tornou um dependente e acabou com a família. Então, é preciso pensar melhor, viver na pele essas situações. É muito fácil falar de dados, de estudos; vamos viver na pele essa situação?

Outra pergunta: como é que vamos tratar essa epidemia de adicção que está aí? O Dr. Osmar apresentou os números do INSS, o crescimento geométrico.

A Dra. Andrea falou que o Brasil é um exemplo de regulação na questão do tabaco. Mas quantos milhares de maços entram pelo Paraguai todos os anos no Brasil, doutora? Não há regulação nisso, não! O Brasil consome muito tabaco, muito cigarro contrabandeado. Não somos exemplo, não! Outra coisa: não somos exemplo de regulação do álcool. Quantos milhões de adolescentes usam cerveja e álcool no Brasil? O Estado não regula isso.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Conclua, Deputado, por favor.

O SR. ALAN RICK (Bloco/DEM - AC) - Então, temos que observar a realidade do País em que vivemos.

Eu gostaria de encerrar dizendo o seguinte: o Francisco Bedito, naquele caso do Supremo, não foi preso por uso de droga, não; ele foi preso por outro crime. Encontraram 3 gramas de maconha com ele lá dentro, mas ele foi preso por outro crime.

Quero deixar esses questionamentos porque o Brasil não tem condições de regular esse mercado. Quem vai regular esse mercado, se não regulamos nem o do tabaco, nem o do álcool para jovens?



São essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Eu agradeço ao nobre Deputado Alan Rick.

Na ordem de inscrição, o próximo é o Deputado Dr. Jorge Silva, que comigo assinou o requerimento para a realização desta audiência.

Deputado, indago se posso passar a palavra ao próximo orador, pois me informaram que V.Exa. não gostaria de falar agora, embora a prioridade seja sua.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Então, vou passar a palavra ao próximo orador.

Antes, porém, gostaria de dar uma informação rápida. É claro que quem vai responder são os expositores, Deputado Alan Rick, mas hoje pela manhã eu estava lendo parte do voto do Relator, o Ministro Barroso, sobre aquela questão — se alguém quiser consultar, estou com o voto aqui —, e ele deu uma informação que me chamou atenção: nos estudos realizados para o voto, segundo ele, menos de 2% das pessoas presas são identificadas como envolvidas com o tráfico. Foi um índice muito baixo, por isso ele terminou escolhendo aquele caminho. Mas essa questão pode ser objeto de um debate futuro, quando poderemos nos sentar para discuti-la. Isso me chamou a atenção. Só queria dar essa informação, porque eu a achei muito grave.

O inscrito seguinte é o Deputado Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) - Sr. Presidente, faço uso do meu tempo de inscrição e peço que V.Exa. acrescente a ele o meu tempo de Liderança. Já fiz chegar à Mesa a comunicação da Liderança do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Deputado Marcos Rogério, segundo a assessoria, no caso de audiência pública, conforme o art. 256, inciso IV, do Regimento, não há tempo de Liderança; o tempo é igual para todos. Então, seriam 3 minutos para cada Parlamentar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) - Sr. Presidente, essa é a praxe desta Comissão? Em todas as demais há a possibilidade de uso do tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Em audiência pública?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) - Em audiência pública. Eu consultei a Liderança do meu partido antes de fazer o expediente, obviamente, com todo o cuidado.



O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Deputado, nós queremos fazer uma audiência do mais alto nível. Eu consultei a assessoria, mas quero consultar também os Parlamentares. Se isso for uma prática, eu peço a assessoria que me informe. Quando a consultei, a assessoria me informou que, nas audiências públicas, pelo art. 256, o tempo de todos os Deputados é de 3 minutos. Eu gostaria que a assessoria me ajudasse, porque eu quero ter uma audiência a mais pacífica possível.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) - Sr. Presidente, o art. 256 trata do tempo de inscrição para questionamentos. O que eu estou apresentando é um expediente da Liderança, por delegação...

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Tudo bem, Deputado. Só peço a V.Exa. que aguarde um momento, porque eu quero cumprir o Regimento. Não quero impor nenhuma dificuldade, muito pelo contrário, quero que tenhamos um debate rico. *(Pausa.)*

Ajudem-me, Parlamentares. Eu estou ouvindo novamente a assessoria, que me disse que o tempo de Líder... *(Pausa.)*

Nobre Deputado, eu quero dizer a V.Exa. que estou sendo orientado pela assessoria. Não quero criar qualquer dificuldade. Segundo ela, não há tempo de Líder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) - Vou respeitar sua decisão. V.Exa. está seguindo a assessoria, mas tem a prerrogativa de determinar o rito dos trabalhos da Comissão. Agora, essa praxe é só desta Comissão. Eu sou da CCJ, e lá não é assim, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Deputado, eu sempre tive o cuidado de não criar dificuldades. A minha vontade é que nós tenhamos um debate mais pacífico...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) - Isso é cerceamento ao exercício da função de Líder e de Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Como há vários Parlamentares aqui, eu vou consultar S.Exas. sobre a matéria. Vamos fazer isso, vamos democratizar a decisão. Eu só quero permitir que os demais Parlamentares participem. Todo mundo tem sua agenda. Eu fui orientado pelo Regimento e pela compreensão da assessoria. Se os Parlamentares compreenderem que posso abrir uma exceção, eu não terei nenhuma



dificuldade em fazê-lo, Deputado. Eu tenho tempo. Eu só vim para o debate desta questão.

O SR. CARLOS ANDRADE (Bloco/PHS - RR) - Vamos socializar. Acho que nós poderíamos fazer uma consulta aos Parlamentares rapidamente, até para que possamos avançar na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Vamos fazer isso.

Quem está de acordo com o tempo igual para todo mundo, de 3 minutos, manifeste-se, por favor. (*Pausa.*)

Estes são os Deputados que votam pelo tempo igual para todo mundo. Quem são os contrários? Quem gostaria de que fosse assegurado o tempo de Líder? (*Pausa.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) - Sr. Presidente, eu vou seguir a orientação de V.Exa., embora reiterando com veemência meu repúdio à decisão da Mesa, porque essa praxe não acontece na CCJ nem nas CPIs; só está acontecendo aqui. Respeito, mas divirjo da posição da Secretaria da Mesa. E vou fazer um questionamento ao Plenário da Casa, em sede de questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - E eu posso dizer ao senhor que isso me ajuda bastante, porque eu não estou tomando esta decisão por vontade pessoal, estou tomando-a com base na informação do Regimento que me foi fornecida pela assessoria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) - O Regimento não pode ser interpretado para cercear a liberdade de atuação dos Parlamentares. Mas respeito V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Nobre Deputado, eu não quero criar nenhuma dificuldade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) - Já criou.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Eu só quero que o debate possa fluir e que todo mundo possa dele participar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) - Peço a V.Exa. que restabeleça meu tempo. Eu vou usar os 3 minutos a que tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Tem V.Exa. o tempo de 3 minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esse tema está sendo discutido nesta Casa de há muito, mas mais recentemente em razão do fato de que o Supremo Tribunal Federal está a decidir em



sede de uma ação direta que questiona a constitucionalidade do art. 28 da Lei das Drogas. Todavia, esta Casa e o Senado Federal discutem essa temática pela via da reforma do Código Penal brasileiro, em que está prevista a descriminalização do plantio, da colheita, do porte, desde que justificado pelo dito consumo.

O fórum apropriado para discutir essa temática é o Parlamento. Não há nenhuma outra instituição neste País que tem a prerrogativa, a legitimidade para debater tal tema. No campo da interpretação da Constituição e da legislação ordinária em sentido estrito, cabe ao Supremo avaliar. O que ele está querendo fazer hoje é legislar a partir de uma decisão, uma vez reconhecida a repercussão geral da matéria.

Sr. Presidente, eu fiz aqui alguns apontamentos a partir do que eu ouvi. Nós já temos três votos pela descriminalização, dois deles restringindo a interpretação ao porte da maconha, o que seria muito difícil, porque, se se está declarando a inconstitucionalidade do art. 28, que não especifica o tipo de droga, será de difícil aplicação para o intérprete posterior seguir o comando estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, muito embora não seja a primeira vez que o Supremo assim age.

Mas eu fiquei extremamente preocupado com as razões que eu ouvi, os fundamentos da lógica de raciocínio de alguns dos Ministros quando sustentaram a descriminalização. Um deles disse o seguinte: *"Olha, se a pessoa, no recanto da sua individualidade, lá na sua vida privada, encher a cara, pode ser mal, mas não é ilícito; fumar cartelas de cigarro, pode fazer mal, pode não ser bom, mas não é ilícito"*. E aí ele complementa: *"Pois digo eu, na mesma lógica, que fumar um baseado de maconha pode ser mal, pode não ser bom, mas também não é ilícito"*.

Sr. Presidente, existem outras coisas que as pessoas fazem na individualidade que continuam sendo crime. Aquele que faz uso de um produto ou de um bem que tenha origem em um crime, como, por exemplo, o de receptação, ainda que esteja usando na sua individualidade, na sua vida privada, continua cometendo um crime. Essa interpretação pode se desdobrar em outras mudanças. Os especialistas no assunto já falaram sobre aspectos favoráveis e contrários à liberação, mas eu penso que esse debate tem de ser feito no âmbito do Parlamento.

Há o argumento de que, quando o Parlamento não decide, cabe ao Judiciário decidir. O ato de não decidir é um ato político, é um ato de deliberação do Parlamento. Esse tema está na Casa há muito tempo. Se o Parlamento o vota e o rejeita, ou se o



Parlamento não permite que o tema avance, o Parlamento repercute a vontade da sociedade brasileira, que há que se respeitada.

Eu quero aqui concluir minha fala deixando apenas um questionamento ao Deputado Osmar Terra, que é alguém cujas posições históricas frente a esse tema já conhecemos dentro desta Casa. Inclusive já relatou sobre isso e nos orientou a todos naquela votação. Deputado Osmar, a droga pode ser considerada um problema que se limita ao indivíduo que a consome, que faz uso dela, ou, a partir de seus estímulos e da dependência que causa, se mostra um problema para a sociedade, atingindo direitos de terceiros? Essa é a pergunta que deixo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Obrigado, Deputado Marcos Rogério.

Agora concedo a palavra ao Deputado Carlos Andrade, que, assim como eu, é autor do requerimento para a realização desta audiência pública.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. CARLOS ANDRADE (Bloco/PHS - RR) - Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Assis Carvalho, Dra. Beatriz Vargas, Dra. Andrea, Dr. Salomão, Dr. Valderi Alves, Deputado Osmar, demais presentes, eu tenho observado que o Estado não tem dado as respostas às questões que nós e as próprias instituições temos levantado e que a sociedade está esperando. Vou resgatar aqui um exemplo disso.

Votamos muito recentemente a redução da maioria penal. Se observarmos o ano de 2014, veremos que a sociedade toda foi para as ruas pedir mais segurança pública. Eles foram pedir mais seriedade na política, no homem público. E o Parlamento, juntamente com o Estado, deu como resposta a redução da maioria. Observem que não era isso que a sociedade estava pedindo. Eu não vejo o assunto que estamos discutindo neste momento de maneira diferente. Não estão sendo dadas respostas. A Casa para a discussão da liberação ou da descriminalização, que é o tema que estamos tratando aqui, é esta, e não o Supremo. Esse tema está aqui, como esteve o da redução da maioria.

A redução da maioria penal, naquela oportunidade, foi só um item, como a Dra. Beatriz falou anteriormente, de um contexto maior de segurança pública, que era o que a sociedade, o povo, estava pedindo. Será que a descriminalização é uma resposta? A Dra.



Beatriz colocou que não somos o profeta do futuro. É verdade; nós não sabemos o que irá acontecer. Mas a descriminalização seria uma resposta para esse fato? Devemos abrir essa questão para toda a sociedade se não sabemos o que irá acontecer? O histórico de países que já regulamentaram, que já fizeram uma liberação, como a Holanda, a Suécia e outros países europeus, traz um exemplo bom para a sociedade brasileira?

Eu queria só fazer mais duas perguntas, uma delas ao Sr. Valderi Alves: o senhor tem na família alguém que é dependente de alguma dessas drogas ilícitas? A mesma pergunta eu faço para a Dra. Beatriz: a senhora tem alguém na família que foi ou é dependente, já conviveu diretamente com pessoas dependentes químicas na família?

Nós discutimos essas questões aqui com profundidade, especialmente o Deputado Osmar Terra. A ideia não é penalizar a pessoa que escolheu, o que, na verdade, seria penalizar quem já está em sofrimento. Certamente, não é essa a ideia. Mas, se observamos, veremos que o sistema prisional brasileiro está falido. Se nós observamos, veremos que essa é a causa.

Hoje o que eu vejo é que nós, a sociedade e o Estado — e, quando eu falo Estado, refiro-me ao conjunto como um todo, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário —, não estamos trabalhando a causa. E eu levanto a seguinte questão: descriminalizar é trabalhar a causa? Estaríamos trabalhando as consequências. Penso que nós não estamos trabalhando a causa neste momento em que tratamos da descriminalização.

Concordo também que o sistema atual precisa ser melhorado, precisa ser trabalhado. O que nós temos não é o ideal, mas descriminalizar seria trabalhar uma consequência, e não a causa, que é o que nós queremos trabalhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Obrigado, Deputado Carlos Andrade.

Seguindo a ordem das inscrições, tem a palavra o Deputado Rôney Nemer, por 3 minutos.

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) - Bom dia a todos — ou boa tarde, pois já são mais de meio-dia, apesar de que não almoçamos ainda.

Eu moro em Brasília, mas vim do interior de Minas, e, graças a Deus, a minha mãe, que criou sete filhos, fez uma lavagem cerebral na gente contra as drogas. Desde pequenos, ela nos dizia que maconheiro e traficante comiam criancinhas, que era para



ficarmos longe deles, pois eles levavam as crianças e não as traziam mais de volta. Quando eu passei no vestibular e vim aqui para Brasília fazer arquitetura, tive um choque muito grande. À época havia um bar chamado Barbárie, e muitos professores de arquitetura nos levavam a ele para dar aula lá. Um belo dia, o próprio professor acendeu um cigarro de maconha. Imediatamente, eu o denunciei à Reitoria. Isso virou motivo de um preconceito às avessas: eu sofria preconceito porque eu não comungava com aquilo. Mas, graças a Deus, havia muitos outros que não comungavam. Com o tempo, a gente que vem do interior e chega à cidade grande vai se adaptando.

Tenho uma preocupação. A Dra. Beatriz disse assim: "*Há o traficante grande e há o traficante pequeno, aquele que só trafica para poder consumir*". Já o Deputado João perguntou: "*Como nós vamos punir quem está sofrendo?*" Mas como fica aquele que traz sofrimento para a sua família, porque está seduzindo o seu filho? Às vezes, o difícil é fazer essa separação.

Eu e o Deputado João conversamos muito sobre esse assunto no plenário. Nós somos do PMDB, e existe um grupo novo no partido que discute muito sobre isso. Até que ponto se pode separar quem é traficante de quem é só usuário, aquele usuário que só consome? De repente, como o Deputado falou, ele está prejudicando ou beneficiando só a si mesmo no seu isolamento como ser humano, mas não está passando essa experiência a ninguém.

Eu fico muito preocupado com a estrutura familiar. Eu fiz uma campanha que, entre outros temas, era contra a liberação da maconha. Eu fico triste quando falam que ela vai ser descriminalizada, porque não sei até que ponto eles vão saber separar quem é usuário de quem é traficante. Mesmo o pequeno traficante causa mal à família. A droga destrói a família.

Quando entramos no curso de arquitetura, nós éramos 30 estudantes, sendo que apenas 4 eram usuários. Quando nós nos formamos, dos 30 estudantes, apenas 6 não eram usuários. Eu, graças a Deus, era um deles, mas sofri muito preconceito. Depois eu comecei a entender. Eu não acho que nós tenhamos que criminalizar o usuário, não. Eu tenho vários amigos profissionais arquitetos usuários, e são profissionais de sucesso, não tiveram problema nenhum. Mas eu tive vários amigos também que hoje fazem tratamento, depois sucumbem, caem no vício de novo, vão para uma instituição, caem de novo. Isso



depende muito da estrutura pessoal e também da família da pessoa, porque eu acho que a família é o alicerce de tudo.

Eu fui administrador de duas regiões administrativas. Vocês não imaginam quantas idosas e idosos procuravam a administração para dizer que, na hora em que haviam recebido a aposentadoria, haviam apanhado do neto ou da neta, do filho ou da filha, que fizeram isso para tomar o dinheiro deles e comprar drogas. A minha preocupação é com essa violência que entra na família.

A minha pergunta, para finalizar, Deputado, já parabenizando V.Exa. e a todos, é a seguinte: até que ponto nós vamos saber diferenciar aquela pessoa que efetivamente só consome e não causa mal nenhum aos outros daquele que causa dano à sociedade? E não se trata de ser rico nem de ser pobre. Tem gente rica cuja família não deixa comprar. E eu tenho um amigo próximo que é filho de uma família rica e acabou virando bandido. A família não dava apoio, e ele acabou fazendo coisa errada para comprar a droga.

Então, como nós podemos saber, com essa descriminalização, até que ponto nós vamos conseguir fazer essa separação? Eu não vejo como. Por isso, eu acho que nós temos que limitar o uso e principalmente tentar valorizar e fortalecer a família com políticas sociais sérias, para dar condições aos jovens.

Eu tenho um filho com 21 anos que entrou agora na UnB para o curso de Engenharia Ambiental. Ele falou para mim no domingo: "*Amigão, como tem droga!*" Ele está impressionado com a quantidade. Eu virei para ele e perguntei: "*E aí?*" E ele falou: "*Não, nós já conversamos sobre isso*". Eu disse: "*Eu só quero saber*". Fico muito preocupado, tanto é que eu vou sair daqui agora e levá-lo para almoçar.

A minha preocupação é se, com essa liberação, essas pessoas vão entrar na família e vão destruí-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Obrigado, Deputado Rôney Nemer. Eu acho que nós vamos ter que arquitetar esta lei. É coisa para arquiteto, viu? (*Risos.*)

Tem a palavra o Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (Bloco/PSC - SP) - Sr. Presidente Assis Carvalho, demais membros da Mesa — não vou citá-los aqui, porque só tenho 3 minutos —, esta discussão me preocupa muito, assim como a todos os brasileiros. E não são só



os brasileiros, mas pessoas do mundo todo hoje estão preocupadas. Em qualquer país a que se vá hoje infelizmente se veem verdadeiros zumbis na rua, a verdadeira violência.

Eu tive a oportunidade de estar há poucos dias com o Deputado Osmar Terra lá no Supremo Tribunal Federal, onde alguém disse o seguinte: *"Mas nós temos que tomar muito cuidado com essa coisa da droga, porque o lesado é o usuário"*. Com isso eu não concordo. Não é só o usuário que é lesado, não. Toda a família é lesada, toda a sociedade. Toda a sociedade vira refém dessas pessoas. Alguns dizem: *"Olhe, mas eu sou a favor!"* Mas eu acho que nós precisamos arrumar outra forma.

E aqui não há nenhuma discussão apaixonada, não há ninguém dizendo: *"Nós temos que resolver deste jeito"*. Não, a sociedade precisa conversar. Infelizmente, as famílias estão totalmente desajustadas. Aliás, falar em família hoje virou outro problema. É uma vergonha falar hoje em família tradicional. Na hora em que a família se desarticula, a sociedade se desarticula. Há famílias em que os pais não estão mais criando filhos, estão criando herdeiros. Na sociedade hoje, para as pessoas, mais vale ter do que ser. Que sociedade é esta? Que sociedade desajustada é esta, que fica dando facilidades grandes para que a droga possa entrar nas casas e destruir ainda mais famílias? Isso acontece exatamente pelo desajuste de famílias que, volto a dizer, não criam mais filhos, criam herdeiros.

A diferença entre criar filho e herdeiro é a seguinte: aquele que é criado como filho quer que o pai tenha o maior tempo de vida possível para poder retribuir o amor, o carinho, a consideração e o respeito que recebeu; aquele que é criado como herdeiro, como acaba envolvido com droga, quer que o pai morra o mais rápido possível para poder pegar o automóvel velho do pai, entregar na mão do traficante e acabar desgraçando a sua vida, infelizmente.

Dra. Beatriz, eu quero dizer à senhora que a respeito muito, porque conheço parte da sua história. Mas, quando a senhora diz que o filho que mata a mãe, aquela senhorinha que vive uma situação difícil, o faz porque logicamente não tem dinheiro para comprar droga, a impressão que eu tenho é mais ou menos a seguinte: se nós dermos droga a esse menino, ele não vai matar a mãe, porque ele não vai precisar de dinheiro, não vai precisar roubar. É mais ou menos isso? Gostaria que a senhora me respondesse. Agora, de qualquer forma, esse menino vai se tornar tão agressivo quanto qualquer outro, vai se tornar um grande problema para a sociedade.



E aí eu lhe pergunto também: quem é que vai ser o grande traficante nessa história? Se nesta semana o Supremo Tribunal Federal decidir que se pode, sim, usar droga, que não há problema nisso, o que nós vamos fazer? *"Não há problema, pode usar droga"*. Mas, aí, como nós vamos fazer? Pode-se usar droga, mas pode-se comprá-la do traficante? Quem vai ser o grande traficante nessa história?

Às vezes, eu acho que se está fazendo uma discussão muito apaixonada. É claro que nós temos a necessidade de mudar o quadro de uma sociedade que, infelizmente, está indo de mal a pior a cada dia em todos os setores. O homem se esqueceu do seu Criador. O homem se esqueceu de Deus. O homem se esqueceu da vida. O homem se esqueceu da família. Os valores se perverteram. Está aqui, por exemplo, o Dr. Valderi, que representa um segmento muito importante da sociedade. E temos observado que a sociedade também tem mudado. Agora, quando o homem muda, é de dentro para fora.

Eu também concordo que não adianta só colocar o rapaz na cadeia, bater nele e achar que com isso ele vai mudar de vida. Ele não vai mudar! Agora, nós também não podemos facilitar tanto a vida dessas pessoas, no sentido de que elas possam achar droga em qualquer lugar, em qualquer banco escolar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra agora a minha querida Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) - Obrigada, nobre Presidente Assis Carvalho.

Eu quero, na pessoa do Deputado Osmar, saudar toda a nossa Mesa e, na pessoa da Dra. Beatriz, todas as mulheres aqui presentes neste plenário, porque, afinal de contas, este é um assunto que atinge em especial o núcleo familiar e as mulheres.

Quero dizer que, na legislatura passada, quando estive aqui na condição de Parlamentar suplente, eu tive oportunidade de participar da Comissão que tratou de álcool e da Comissão que tratou de drogas. Nesta legislatura, pude participar da CPI que investigou o sistema carcerário. E, de novo, eu vejo que nós estamos buscando uma alternativa para a falência das políticas públicas no País. Isso me entristece, Deputado Assis Carvalho, muito, muito, muito. Por quê? Porque há poucos dias tentamos vender para a sociedade a ideia de que apenas a redução da maioria penal irá resolver o problema da criminalidade e da falta de segurança que enfrentamos no País, quando



sabemos que há um conjunto de ações que leva à falta de segurança e à criminalidade. E aqui não me cabe jamais subestimar a dor de cada familiar vítima de um crime cometido por um menor de idade. Mas o sistema está absolutamente falido, e as políticas públicas estão falidas. Eu me incluo quando falo das políticas públicas, porque fui gestora municipal e estadual de saúde.

Surge agora como alternativa a descriminalização. Se olharmos para a lógica e para a ótica do usuário dependente, nós nos perguntamos: o que nós estamos fazendo? O que foi feito dentro das políticas públicas para recuperar esses pacientes? O número de CAPS e a reforma psiquiátrica foram suficientes? Não foram, gente. Não foram.

Por outro lado, sabemos que o número de homens e mulheres cerceados da liberdade que foram para o crime é grande, mas a grande maioria não está lá porque é dependente. Estou dizendo isso por conta da vivência que tive. Eu estive dentro de alguns presídios no País. As mulheres estão lá porque o companheiro, que era o traficante, foi preso, e elas, para manter a sobrevivência da família, acabaram entrando também na vida do crime, se envolvendo com o tráfico de drogas.

O que me deixou mais angustiada foi uma grande reportagem que vi no último domingo sobre o consumo de maconha no Uruguai. Se aquilo é consumir maconha regulada, eu não sei o que é consumir maconha regulada, gente! Angustiou-me ver a expressão daqueles homens e mulheres que estavam naqueles clubes, com até 45 pessoas associadas, manipulando a flor, manipulando a erva seca, inalando aquilo sem uma máscara, passando o dia preparando!

Hoje há alguns estudos que dizem que o consumo da maconha pode levar a alguns cânceres. Infelizmente, já está comprovado que o uso do cigarro é o principal causador do câncer de pulmão. Sabemos que é um vício. Eu também sou viciada: meu vício é café. Eu não consumo bebida alcoólica, mas eu tenho um vício. Meu vício é café, e eu consumo café em altas doses — quando eu digo altas doses, é porque o copo pequeno nunca é suficiente para mim; sempre quero o maior. E quando eu sinto o cheirinho do café...

Já vou encerrar, Deputado Assis, mas eu quero dizer aqui de novo que esta não é uma matéria fácil. E eu tenho certeza absoluta de que nós não vamos conseguir neste País controlar o consumo do cidadão.

A Dra. Beatriz perguntou o seguinte: "*O que vamos fazer no dia seguinte ao da aprovação?*" Olhem em que situação estamos! Não estamos nem convencidos, ou



melhor, eu estou convencida de que não é o melhor caminho, mas o coletivo da sociedade não sabe qual é o melhor caminho, se é a descriminalização ou não. E nós já temos que pensar no que vamos fazer. Eu vou responder a essa pergunta da Dra. Beatriz com base na minha experiência no serviço público: lamentavelmente, não temos ferramentas na saúde e na educação — e não teremos na segurança pública — para administrarmos o consumo de 25, 30 ou 40 gramas por mês ou controlarmos um consumo exacerbado.

O que eu vi naquela matéria de domingo me pareceu mais um consumo liberado em espaços fechados, porque não há ninguém regulando efetivamente. Se há, nós precisamos ir lá ver como é essa regulação. Mas temos que ir lá ver de uma forma que não saibam quem somos nós, senão eles vão nos vender uma coisa que não é o dia a dia que vimos. O que vimos lá foram homens e mulheres com aspecto de dependência, e não de usuário eventual.

Então, preocupa-me estarmos aqui enxugando gelo, porque as políticas públicas falharam no nosso País. E os três entes federados são responsáveis.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Deputada Carmen Zanotto, muito obrigado.

O último inscrito é o Deputado Dr. Jorge Silva, que, como eu, subscreveu o requerimento.

V.Exa. quer fazer uso da palavra?

O SR. DR. JORGE SILVA (SOLIDARIEDADE - ES) - Não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Está bem. Então, como não há mais nenhum Deputado inscrito, vou devolver a palavra à Mesa.

Fizemos uma pactuação aqui, mas sei que são várias as perguntas que cada um, dentro do possível, deve ter anotado. Vou sugerir um novo acordo aqui: com uma pequena tolerância, de 1 minuto, vamos conceder 5 minutos para cada um. Depois, se houver algum Deputado não contemplado, como tem direito a réplica, poderá fazê-lo, e então será dada a resposta. Se não houver réplica, o convidado fará sua fala de despedida e só responderá aos Deputados que fizerem réplica, na tréplica.

Podemos proceder assim para agilizarmos os trabalhos? Estão todos de acordo?

(Pausa.)



Está pactuado, então. Estamos andando bem.

Concedo a palavra ao Dr. Salomão Rodrigues Filho, nosso representante do Conselho Federal de Medicina, que dispõe do tempo de 5 minutos.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO - Deputado Assis Carvalho, vou tranquilizá-lo. Nós estamos diante de um problema gigantesco, de um problema muito maior do que o que se imagina. E nenhum país no mundo conseguiu ter uma solução satisfatória. Nem os países de regime fundamentalista, países islâmicos, que punem com a morte o traficante, conseguiram resolver. O problema também grassa no coração da África, em países pobres, até mais pobres do que o Brasil, que nem legislação tem sobre isso. Nesses países, o problema continua grande. Então, nós temos um grande desafio pela frente. E temos que enfrentá-lo de uma forma mais racional e menos emocional.

Foi colocada aqui a questão de se despir de preconceitos. Eu acho que nós realmente precisamos estar despidos dos preconceitos, mas não podemos nos despir da realidade, não podemos fechar os olhos para a realidade que está diante de nós.

Eu acho que poucos aqui têm a experiência e a vivência que eu tenho, de 44 anos como médico, como psiquiatra, trabalhando em pronto-socorro geral, onde se veem, pela madrugada, especialmente de sábado para domingo, jovens infartados — a grande causa de infarto no jovem é o uso da cocaína —, jovens acidentados, jovens drogados. Vemos muitas vidas se perderem com facilidade, porque nós temos uma legislação que é até boa, mas não é cumprida.

São os costumes que fazem as leis ou são as leis que fazem os costumes? Esse dilema continua bastante presente aqui neste momento. E isso começa com os Dez Mandamentos, que até hoje não sabemos se foram colocados para normatizar ou se surgiram a partir do que já estava sendo feito. Mas parece que os Dez Mandamentos foram colocados como lei, para que determinassem os costumes do povo de Israel.

Quem tem a vivência de pronto-socorro e de trabalho com dependentes químicos ao longo de quatro décadas e meia não pode fechar os olhos, não pode cegar os olhos da consciência para um problema tão grave como esse que nós temos. E eu aponto como problema principal a esquizofrenia. Vou pedir a V.Exa. para rodar um vídeo de 30 segundos que fala sobre isso. A fala é do Prof. Valentim Gentil, professor titular de psiquiatria da USP.



A Lei nº 11.343, de 2006, é uma lei que tem poucos pecados, é uma lei boa, mas não é executada. O que nós temos de prevenção ao uso de drogas no País? Nada. Eu mostrei nos eslaides que as professoras de nível primário que são ligadas ao Município não sabem identificar nem orientar esses alunos e seus pais.

Então, não é feito nada nem pela área da saúde, nem pela área da educação. Nós estamos deixando de fazer prevenção. O trabalho em prevenção traz resultados 25 anos ou 30 anos depois, mas nós precisamos começá-lo. E o tratamento é precário. O modelo utilizado hoje no tratamento da drogadição é totalmente equivocado, extremamente ideologizado e carente de princípios científicos.

O combate ao tráfico talvez seja o foco do que nós estamos discutindo hoje, que é a descriminalização. Eu concordo com o que o Deputado Alan Rick colocou quanto à questão da descriminalização: a punição, a pena, não é de reclusão. Não tenho notícia de reclusos. E eu tenho visitado presídios na minha função dentro da Associação Brasileira de Psiquiatria e do Conselho Federal de Medicina. Nós não encontramos reclusos; encontramos praticantes de outros crimes que também são usuários. Se usuário, ele deve receber primeiro o tratamento; estando tratado, o juiz é que vai decidir se existe pena ou não.

E isto me preocupa muito: se nós revogarmos, considerarmos inconstitucional o art. 28 — e tudo indica que isso vai acontecer —, como é que nós vamos fazer? Vai surgir um grande vácuo, e nós não vamos ter como atuar com essas pessoas. Não vamos ter como trabalhar para a proteção daquele indivíduo que, provavelmente, não é o que mais sofre, mas é um dos que sofrem muito com a dependência química. E nós também teremos mais famílias em sofrimento. Sem sombra de dúvida, a sociedade vai fazer a leitura de uma liberação do uso da droga como um todo.

Peço, por favor, para que passem o vídeo. São apenas 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Passe o vídeo, por favor!

(Exibição de vídeo.)

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Eu que agradeço, Dr. Salomão.

Concedemos a palavra à nossa professora e Dra. Andrea Galassi. O tempo da senhora é de 5 minutos.



A SRA. ANDREA DONATTI GALLASSI - Foram várias as questões levantadas, e vou tentar organizar de uma maneira que possamos fazer um diálogo bem produtivo. Eu queria deixar algo bem claro na minha fala. Quando nos colocamos como professor universitário e pesquisador, muitas vezes nos é atribuída uma posição em que estamos dentro do nosso gabinete, afastados da realidade e desenvolvendo pesquisas que não correspondem à realidade da sociedade brasileira.

Então, eu gostaria de deixar claro que a minha trajetória — como a dos demais que falaram — é bastante importante no Município de Campinas, em São Paulo, trabalhando justamente, durante 16 anos — eu tenho 36 anos —, desde que me formei terapeuta ocupacional, com a população de usuários de drogas.

Então, eu estou falando de uma posição que não é a confortável do gabinete. Inclusive, atualmente, no Centro de Atenção Psicossocial de Ceilândia — todos sabem que essa é uma das regiões mais violentas do Distrito Federal —, tenho uma série de pesquisas que são realizadas nesse serviço. Eu dialogo frequentemente com a população.

Outro ponto que eu também gostaria de esclarecer é que há essa dicotomia de que quem é favorável à descriminalização e à regulação é contrário à vida. Eu queria deixar muito claro que talvez seja o contrário, porque, se desenvolvermos a ideia de que temos de manter a realidade que estamos vivendo hoje, dessa guerra que está instalada especialmente nas comunidades carentes do Rio de Janeiro, estamos querendo a manutenção de uma política que é altamente letal. Então, quem milita por isso, quem é favorável à manutenção dessa política é contra a vida.

Eu estou aqui para dizer que eu sou favorável à vida. Eu defendo justamente a revisão do que está acontecendo e não está funcionando. Eu acho que temos que ser pragmáticos. Todos nós entendemos que esse tema não tem que ser tratado de forma apaixonada, mas de forma pragmática. E estamos na Casa onde isso deve acontecer.

Eu gostaria de fazer essa consideração nesses meus 5 minutos e levantar o que a Deputada Carmen Zanotto trouxe. Nós mulheres, dentro desse cenário de tráfico e de uso de drogas, somos bastante prejudicadas, uma vez que são as mulheres que estão sendo mais encarceradas. Eu acho que a minha colega Profa. Beatriz também pode falar a respeito disso.



Muitos costumam colocar que as famílias são destruídas pelo uso de drogas, mas quem tem contato com essas famílias sabe que elas são destruídas quando um de seus membros é encarcerado. Essas famílias são, sim, destruídas por isso, justamente por toda a questão simbólica da criminalidade e pela questão real de que essas pessoas são criminosas e assim serão, por conta de seus antecedentes criminais.

Gostaria também de destacar a respeito da saúde, do que vem sendo feito nessa área. Eu acho que, desde a lei de 2001, que dispõe sobre a política de saúde mental, o nosso Estado vem desenvolvendo mecanismos baseados em evidências de estratégias de cuidado justamente para promover o acesso dessas pessoas ao cuidado.

Eu fiz parte de uma pesquisa que tentou, ao longo de 4 anos, encontrar qual o melhor modelo de cuidado para as pessoas que têm problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. Felizmente constatamos, e isso foi publicado numa revista científica de bastante prestígio, que o modelo que vimos desenvolvendo no Brasil, o modelo implementado pelo Centro de Atenção Psicossocial, é, pelo custo efetivo, o modelo que vem dando maiores resultados, justamente porque tratamos essas pessoas num ambiente social, onde elas vivem, e não as aprisionamos. Então, eu gostaria de destacar isso, porque é de onde eu falo.

Respondendo ao que o Deputado João Marcelo me questionou no início, a respeito dos países que têm políticas mais severas, eu queria considerar que a nossa polícia militar é inspirada na doutrina militar norte-americana, e os policiais militares norte-americanos já desistiram dessa política e estão colocando em discussão uma nova política.

Eu penso que não temos que esperar a cartilha ser feita. Já que nos inspiramos neles, eu acho que temos que continuar olhando para eles como um possível modelo nesse avanço. Eu acho que a declaração do Secretário Beltrame, da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, já mostra isso. Acho que ele é o Secretário mais longo tempo daquele Município, e ele disse que já não aguenta mais — em outras palavras —, porque essa política vem trazendo um enorme problema para o Município onde ele trabalha.

Eu terminei os meus 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Agradeço à Profa. Andrea.



Concedo a palavra, por 5 minutos, ao Sr. Valderi Alves Ribeiro, Secretário-Executivo da FENASP — Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política.

O SR. VALDERI ALVES RIBEIRO - Mais uma vez, obrigado pela oportunidade.

Vou responder algumas questões aqui levantadas. Primeiro, sobre o futuro que é temeroso, que é escuro, porque ninguém sabe o que vai acontecer, Dra. Beatriz, mas ninguém colhe o que não planta. Ninguém planta manga querendo colher laranja. Leis são limite. E os legisladores aqui nesta Casa têm muito mais autoridade para tratar desse tema, em se tratando de leis.

Deputado João Marcelo, retirar a proibição que hoje existe, tirar a inibição... Na verdade, o senhor deve saber melhor que eu que ninguém é preso — novamente a redundância do que já foi tratado aqui — porque é usuário de drogas. Isso acontece por um desencadeamento de atitudes que o usuário começa a praticar a partir do uso de seja qual droga for. É verdade que há farmácias por aí com o nome de drogarias. O senhor deve frequentar muitas também. Então, não vem ao caso questionar esse trocadilho.

Mas, enfim, com relação à pergunta do Deputado Carlos Andrade, respondo sim, que tenho familiares que estão buscando se libertar e outros que não conseguiram se libertar do uso das drogas. Tenho o caso até de alguém que eu pegava no colo e com quem brincava, um jovem que tinha tudo pela frente. Ninguém bota uma criança no mundo, Deputado João Marcelo e Deputado Roney, que na infância teve uma mãe que lhe colocou um cenário que, quando chegou na realidade, o chocou... Muitas vezes, pela ignorância ou falta de sapiência, o pai ou a mãe acabam usando daquilo que sabem para tentar proteger a sua prole, os seus filhos. Acredito que o senhor também seja pai e não gostaria, em hipótese alguma, de ver o seu filho usando algum entorpecente.

E uma criança que embalávamos, com quem brincávamos, junto de quem sonhávamos — eu era um pouco mais velho —, passou a sua juventude inteira encarcerado. Começou o uso por diversão, por curiosidade: "*Vou usar*". E estava numa comunidade carente do Distrito Federal em que o acesso, infelizmente, acaba sendo maior. Após esse acesso, essa primeira dosagem, acabou entrando para o tráfico, porque encontrou no tráfico a possibilidade de ter um pouco mais de recursos, esquecendo-se daquilo que o pai ou a mãe sempre ensinaram: "*Vai trabalhar, meu filho. O caminho é esse. É por aqui que você acontece*".



Não trouxe, Deputado, infelizmente, os dados do primeiro momento da minha fala, sobre o trabalho das comunidades religiosas, porque todas as vezes que aqui abordamos algo em relação a isso somos chacoteados. Dizem: *"Ah, são as igrejas, são os pastores"*. Mas nós cuidamos, sim, de 20 mil famílias por mês. O indivíduo que usa a droga não é prejudicado apenas quando ele usa a droga e é preso. O mal maior, Dra. Andrea, não se dá quando o jovem é preso, mas desde o início, quando isso começa a acontecer, com a luta dos pais em tentar entender quando eles perderam o filho para isso. *"Onde eu o perdi para as drogas?"*

Então, o sofrimento não é individual, ele é coletivo, e não é só na cadeia. Por sinal, algumas mães, infelizmente, no desespero da vida, acabam dizendo: *"Que bom que ele está preso, pelo menos lá ele está guardado"*. Coitada, ela não conhece o sistema prisional do Brasil!

Mas aqui estão o senhor e os demais Parlamentares, que eu tenho certeza que têm se debruçado em buscar saídas, alternativas, que não a liberação, a legalização, porque leis são limites. Se eu pego meu carro agora e vejo uma placa dizendo que a velocidade da via é de 60 quilômetros por hora e há um pardal na frente, eu sei que, se eu passar da minha velocidade, eu terei uma penalidade em relação a isso.

Hoje, o usuário, mais uma vez, não é punido com cadeia. Quem é punido com cadeia é o traficante.

Com relação à descriminalização das drogas, a leitura que faço na minha humilde reflexão é que vai desencadear uma série de potenciais traficantes que começarão, a partir daí: *"Agora é lei, agora eu posso usar um pouquinho aqui no meu bolso, vou levar para a escola, lá eu vou passar para o meu colega, para o meu amiguinho, porque eu estou no meu direito"*.

Então, Deputados, eu devolvo a pergunta para os senhores. Se os senhores encontrarem uma saída melhor do que manter a lei e encontrar caminhos para investir na vida, na família — está ali o pessoal do Brasil sem Drogas, do qual também faço parte —, se encontrem uma alternativa melhor que essa, que traga segurança, paz, sossego às mães e um futuro melhor... Eu acredito que o que eu planto hoje, eu vou colher amanhã. Essa é uma máxima, mas não basta apenas se debruçar sobre livros religiosos ou até sobre a própria Bíblia. Ninguém aqui é insano em pensar, digo novamente, que vai plantar manga e colher laranja, embora haja enxerto por aí para fazer isso.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Eu que agradeço.

Agora concedo a palavra por 5 minutos ao nobre Deputado Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) - Vou tentar responder a todas as questões juntas. Vamos ver se consigo. Mas também respondendo a algumas observações feitas por alguns componentes da Mesa, quero dizer que prever o futuro não é um exercício inócuo. A Dra. Beatriz, inclusive, prevê um futuro em que as drogas serão liberadas. Eu acho que não. Eu prevejo um outro futuro. Então, nós vamos ficar aqui discutindo o futuro e não iremos chegar a lugar algum. Acho, inclusive, que no Supremo não existe nem unanimidade nem maioria garantida para qualquer um dos lados. Então, não vamos nos precipitar nas previsões.

Agora, como médico, eu tenho que prever o efeito do medicamento. Eu sou clínico, não sou psicólogo, não sou psiquiatra, mas estudei neurociência, fiz meu mestrado em Neurociência do Comportamento Violento. Conheço esse assunto razoavelmente. Como membro da comissão sobre drogas aqui, nós visitamos as experiências de Portugal, Suécia, trouxemos os embaixadores aqui, fomos à Bolívia, que é um horror, é o maior fornecedor de droga para o Brasil hoje, de *crack*, que destrói a nossa juventude. E é tratado como um inimputável aquele Presidente da Bolívia, como se não tivesse responsabilidade sobre nada.

Então, eu acho que nós temos obrigação de discutir esses assuntos, mas, como médico, eu preciso prever o efeito, e inclusive em políticas públicas. Eu luto dentro desta Casa para ter políticas públicas baseadas em evidências científicas, e evidências históricas. A história nos mostra como não repetir erros. Nós estamos discutindo aqui um assunto pelo qual a história já passou há muito tempo. Já houve o tempo em que as drogas foram liberadas, uma quantidade infinita de tempo, e agora... A doutora disse que, em 1912, foram proibidas as drogas. Eu vou citar aqui cinco países que tinham as drogas liberadas depois de 1912.

No Japão, eram dadas drogas gratuitamente para os operários trabalharem mais tempo nas fábricas de armamento durante a guerra. Saiu da guerra com 2 milhões de dependentes químicos de metanfetamina, o cristal, com um tráfico enorme, piorando a situação, um caos social. O que o Governo fez? Baixou uma lei duríssima, inclusive com prisão de usuário por 1 ano. Era preso o sujeito que produzia o componente da



metanfetamina. Em 1954, o Japão prendeu 56 mil pessoas por tráfico de drogas e, em 1958, só 270. Por quê? Porque acabou a epidemia. Ele cortou a epidemia, ele tirou a droga de circulação nas ruas.

Então, pela experiência do mundo, Paulo, nós temos que entender, até como médicos, o que funciona e o que não funciona. O Japão hoje é um país que tem 370 homicídios por ano, é o menor índice de homicídio do mundo. Tem 127 milhões de habitantes e 370 homicídios. Nós temos 60 mil no Brasil.

A Indonésia, até a década de 50, produzia livremente o ópio, tinha indústrias. Começou lá com a Companhia das Índias Orientais da Holanda. Eles produziam livremente. A Indonésia teve tanto problema de saúde pública, tanto problema de segurança, que proibiu, e hoje tem pena de morte, inclusive, para o tráfico. Eu não defendo pena de morte. Mas sabem qual é o índice de homicídios da Indonésia, que tem 250 milhões de habitantes? É de 1.240. O nosso é de 60 mil. Será que isso não tem nada a ver com o rigor das leis?

Vou dar outro exemplo, a Suécia, que a doutora acha que é um exemplo muito batido e tal. A Suécia tem 10 milhões de habitantes e 60 homicídios por ano. Mas na Suécia, até 1969, as drogas eram livres. E foi em função do caos causado pela liberdade das drogas que o Governo baixou a lei de dez pontos e que prende, por 3 anos, o usuário. Eu não sou a favor de prisão de usuário, eu acho que o usuário tem que ser tratado, mas não pode ser dito pra ele que é tranquilo: *"pode usar droga, está descriminalizada, pode usar"*. Ele vai comprar de quem? Quem é que vai se fortalecer com isso? É o tráfico, é o tráfico.

E outra coisa, o menino poder levar droga para a escola, compartilhar com os coleguinhas, sem nenhum risco, sem ter nenhum risco legal, vocês acham que vai aumentar ou vai diminuir o consumo de droga? Vamos raciocinar logicamente, não vamos seguir o raciocínio de que, liberando, diminui o consumo. Nós temos 40 milhões de dependentes químicos de álcool e tabaco no Brasil, 40 milhões, e de drogas ilícitas só 7 milhões. Por quê? Porque são ilícitas. Se liberarmos, passará dos 40 milhões.

Para concluir, há a questão do recorte seletivo, de que a polícia só prende preto e pobre. Pela Lei nº 11.343, não se prende usuário. Mas o argumento dos que querem liberar é o seguinte: *"mas a polícia prende, porque, por serem pretos, diz que eles são traficantes"*. Eu quero dizer o seguinte: uma coisa é um policial que pode agir errado;



outra coisa é tirar da polícia o direito de avaliar o contexto em que ocorre o tráfico. O sujeito pode ter uma pedra no bolso e ser traficante, acabou de vender, eles conhecem, está no ponto de venda. Agora, se não tirar de circulação quem vende a droga, não se diminui nunca a epidemia. Essa epidemia vai ficar cada vez maior, ainda mais em um país que tem fronteira com todos os produtores de drogas, os maiores produtores de drogas do mundo. Então, nós temos que diminuir...

Na China, com 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, até Mao Tsé-Tung chegar ao poder, em 1949, o ópio era livre. A China hoje proibiu, tem pena de morte, campo de reeducação.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) - Estou terminando, Sr. Presidente. A China tem 13 mil homicídios por ano, com 1 bilhão e 300 milhões de habitantes. Nós temos 60 mil. Nos Estados Unidos, dizem que a guerra às drogas não funcionou, não deu em nada. Os Estados Unidos tinham as drogas relativamente livres até a década de 80. Woodstock foi lá nos Estados Unidos. Em 1980, 4% da população usava *crack* nos Estados Unidos, e hoje esse percentual é de 0,7%, porque as leis se tornaram mais rigorosas. E há a metade dos homicídios que havia na década de 80. Os Estados Unidos têm 15 mil homicídios, com 320 milhões de habitantes.

O Prof. Valentim Gentil, só para concluir, é uma das maiores autoridades em psiquiatria do Brasil, ele é titular da USP, e vocês viram a opinião dele sobre a maconha. Eu concordo em gênero, número e grau. É um dano para o resto da vida, inclusive de retardo mental.

A última observação que quero fazer é sobre a violência doméstica. Qual é a maior causa de violência doméstica? É a droga livre, que é o álcool, porque as pessoas têm mais facilidade de acesso. Se forem liberadas as outras, vocês acham que vai diminuir a violência doméstica ou vai aumentar?

Era isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Com a palavra a Profa. Beatriz Vargas, da UnB.

A SRA. BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - O tempo é de 5 minutos também.



A SRA. BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE - Perfeitamente.

Muitas questões foram colocadas, enfim, cada um dos Deputados que participou agora aqui do debate trouxe perguntas e comentários, inúmeras questões que, por si só, já trazem uma grande carga de complexidade. Acredito que, com 5 minutos, não será possível responder ou pelo menos corresponder a essa demanda de respostas. Enfim, eu vou tentar fazer uma síntese e, assim como os demais, tentar responder dentro do que me pareceu que seja mais importante para todo esse debate.

Perdoem-me também o fato de não necessariamente lembrar ou ter registrado o nome de todos os Deputados.

Eu gostaria de abrir dizendo que parece que ou eu fui mal compreendida, quando coloquei a questão da impossibilidade de prever o futuro, ou, talvez, eu mesma não tenha me expressado bem. Não coloquei essa afirmativa no sentido de nos imobilizar. Não foi isso.

Eu acho perfeitamente possível que nós tenhamos condições de, no presente, preparar uma intervenção para colher determinados resultados futuros. Nós temos condições, possibilidades de alterar o estado de coisas do presente. E isso não é outra coisa se não construir um futuro. O futuro é algo que está mais ou menos em aberto.

Foi nesse sentido que eu quis dizer. Ninguém nesta discussão pode vir a assumir uma fala como sendo o dono da verdade e se arvorar em ser aquele que lê, com toda certeza, aquilo que acontece amanhã. Foi nesse sentido a minha fala. Nesse terreno, eu acho que temos que ter muita responsabilidade, porque nós não controlamos todas as condições, mas temos que, evidentemente, tentar alterar o presente naquilo que é possível alterá-lo. Isso é preparar o futuro.

O que eu sei é que o atual modelo não serve mais. A discussão sobre esse modelo proibicionista é extremamente complexa. Eu não posso simplesmente fazer uma relação de causa e efeito absolutamente linear entre rigor penal e redução de homicídio. Ninguém faz isso em criminologia.

Quando o Deputado Osmar Terra diz que não é possível que o aumento do rigor penal não tenha nada a ver com a redução da violência e mostra que, em países como a Indonésia, que adotou um modelo absolutamente fundamentalista do ponto de vista rigoroso, bárbaro, a violência decaiu, essa relação simples, linear, não pode ser feita assim, com responsabilidade. Isso é um argumento, é retórica; não é ciência. Perdoem-



me, mas isso não é ciência, é retórica. De retórica, há muita gente boa. Somos bons em retórica. Podemos, inclusive, abusar da nossa retórica, enganando o outro.

Quando eu trouxe aqui o argumento de que dados do sistema... Eu trabalho no sistema penal e com o sistema penal. Já fui advogada, ainda sou pesquisadora — nunca deixei de ser —, professora. Conheço o sistema penal de perto. Conheço uma mãe que perdeu um filho policial militar, na guerra às drogas. Ele foi a baixa do lado da PM. Na mesma casa, ela perdeu um outro filho, irmão desse policial, do lado do tráfico. É a mesma mãe. Nós também costumamos, nessa área, ter sensibilidade com as tragédias.

Não vamos trazer o termômetro aqui para ver quem é mais sensível do que o outro ou quem mais ama o próximo. Eu acho que podíamos dizer que saímos iguais na escala, ou seja, que todos nós amamos o próximo e que todos nós queremos bem ao próximo.

Eu fiquei um pouco na dúvida sobre por que razão o Deputado Rôney Nemer trouxe esse relato do filho, dizendo que na UnB há droga demais. Eu não sei qual foi a intenção de V.Exa. Eu não estou desafiando V.Exa., nem quero ofendê-lo, mas, para mim, realmente não ficou clara qual é a intenção de trazer a UnB como exemplo de um local onde o filho diz: "*Papi, lá tem droga demais!*"

Eu queria dizer o seguinte: a UnB não é algo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE - Eu queria que a Profa. Andrea falasse.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (Bloco/PSC - SP) - Desculpe-me, mas, infelizmente, isso está em todas as universidades brasileiras. Isso está uma vergonha! Isso é uma vergonha nacional!

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Espere só um pouquinho, Deputado. Permita-me...

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (Bloco/PSC - SP) - "Papi"? Não tem esse negócio de "Papi"! O filho, com responsabilidade, disse ao pai: "*Pai, lá é uma desgraça*". Infelizmente, isso acontece em todas as universidades, Dra. Beatriz.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Deputado Gilberto, eu disse no início...

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) - Eu fui citado, por favor...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Não há direito à réplica.

Deixe-a concluir. Ela está concluindo.

Qualquer Deputado — eu já consultei —, se achar conveniente, vai ter a réplica. É uma oportunidade, mas vamos deixá-la concluir.

A senhora concluiu, professora?

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) - Eu fui citado duas vezes.

A SRA. BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Vamos deixá-la concluir. Estávamos indo tão bem. Nós estamos fechando a Mesa. Não vai haver problema nenhum. Quem se sentiu ofendido vai falar.

A SRA. BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE - O que eu quero dizer é que a UnB ou qualquer outra universidade não está isolada do restante da comunidade. Se existe droga na UnB, é porque ela existe no bairro. Ela está na esquina, ela está na outra escola, ela está em todos os lugares.

Durante o período da ditadura militar... Eu não sei qual foi o ano em que o senhor se formou. Provavelmente, na réplica, o senhor pode até esclarecer isso para nós. Mas, durante o período em que a Universidade de Brasília era ainda um sonho — sonho este de Darcy Ribeiro —, que depois foi interrompido, como disse o físico e Prof. Salmeron, quando escreveu o livro chamado *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*, um tipo de afirmativa como esta de que lá é um antro de uso de drogas serviria para denegrir a imagem da universidade junto à comunidade.

Há pouco tempo, nós conseguimos retomar na universidade, no bojo da Comissão da Verdade, vários desses relatos que não tinham outra intenção senão caluniar, denegrir e reduzir a importância da universidade, da pesquisa.

Considerando que tive uma interrupção, Deputado, eu teria mais um tempinho?

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Conclua.

A SRA. BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE - Há muito o que responder, mas uma das coisas que orientam o Direito Penal no Estado Democrático de Direito, Deputado Alan Rick... Uma conduta que corresponde ao que um grande volume de pessoas não faz, mas tolera, não pode ser uma conduta passível de criminalização no Estado Democrático de Direito.



Então, parece-me que a comparação da criminalização do homicídio com a criminalização do uso de drogas é extremamente desarrazoada, desproporcional. São grandezas distintas. Nós não podemos — usando aqui uma outra linguagem — tratá-las como realidades idênticas. São distintas grandezas; são grandezas de outra ordem.

Infelizmente, haveria ainda muito que responder, mas, se eu tiver tempo, se eu puder ainda dizer isto: a história nos ensina, sim, nós é que não aprendemos com ela; na verdade, nós somos péssimos estudantes de História, nós todos, mas ela é uma grande mestra, o passado ensina.

Quanto à experiência da lei seca nos Estados Unidos, está aí uma grande tragédia e um grande momento histórico do qual deveríamos extrair muito mais ensinamentos do que temos extraído atualmente. Aquele período nos mostra que foi exatamente o proibicionismo de uso e de circulação do álcool que produziu uma polícia corrupta, que produziu o descrédito do sistema de justiça, que produziu o tráfico e um alto rendimento e a inclusão social pelo tráfico daqueles que, digamos assim, eram os grandes empresários do álcool norte-americano.

Eu agradeço. Peço desculpas porque eu queria ter dado também uma palavra, mas numa outra oportunidade, quem sabe, porque não haverá a situação de descriminalização, pelo menos, ela não está ainda no horizonte, do tráfico. Quando eu disse que a situação é irreversível, eu não estava, quero registrar isso também, me referindo ao resultado da decisão do Supremo. Nós temos algumas possibilidades de prever o que pode vir do Supremo, mas ninguém pode dizer hoje qual será. Eu estou dizendo do plano histórico; no plano social, na análise global, é irreversível, não é a decisão do Supremo propriamente.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Conclua, professora.

A SRA. BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE - Já está concluído, eu já concluí.

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) - Sr. Presidente, eu queria só esclarecer. Permita-me porque eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - V.Exa. vai falar com certeza.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/MDB - MA) - Eu fui citado também.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Deixe-me só acertar aqui. V.Exa. vai falar.



O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/MDB - MA) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Nós tínhamos acertado aqui no início que qualquer Deputado que já estivesse inscrito, inclusive V.Exa. está inscrito, se achasse conveniente, poderia solicitar a réplica, foi o nosso combinado. Dentro da réplica, se ainda achar que foi citado, vamos conceder a fala.

A prioridade agora, vamos ver...

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) - É só para não perder o fio da meada.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Se V.Exa. achar conveniente, na réplica, V.Exa. se manifesta.

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) - Eu quero só fazer um esclarecimento.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/MDB - MA) - Eu sou o primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - É.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/MDB - MA) - Conceda a palavra para o Deputado Rôney Nemer, que quer falar, eu serei o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Tem a palavra o Deputado Rôney Nemer.

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) - Professora, eu queria dizer para a senhora que eu tenho orgulho de ter estudado na UnB e tive o maior orgulho quando o meu filho passou na UnB. Ele estudava numa faculdade particular e passou na UnB, eu falei: largue a particular, sem demérito nenhum às particulares, mas tenho o maior orgulho da UnB, tanto é que, assim que fui eleito Deputado Federal, visitei o Reitor da UnB e me coloquei à disposição.

Acho a UnB e todas as faculdades fantásticas. Fiz a comparação sobre a preocupação da família, eu estava tentando fazer um paralelo. Desculpe-me se não fui bem interpretado. Eu disse aqui: eu cheguei à UnB e vi drogas, o que eu nunca tinha visto. Hoje, tenho amigos, profissionais competentes que dizem: "*Aprendi a conviver com isso lá dentro*". Quando eu cheguei à UnB, fiquei assustado, mas aprendi a conviver.

Conversando com o meu filho, ele me relatou que também viu. Pensei que tinha que conversar mais com ele, porque não quero que ele use. É uma opção pessoal minha. Também pensei: vou almoçar mais com ele, vou me fazer mais presente na vida dele, com objetivo de trazê-lo para o lado que eu penso que é certo; pode ser que não seja o



que ele pensa. Mas nunca pensei em denegrir a imagem da UnB. Se foi isso que passei, desculpe-me; é o contrário.

Tenho o maior orgulho da universidade pública, defendo-a. As particulares se defendem, há lá as pessoas que ganham dinheiro para isso. Tanto é isso que, mesmo ele estudando em faculdade particular, eu falei: "*Não deixe de estudar na UnB*". Eu me formei lá, foram os melhores anos da minha vida. Convivi com muita gente que usava drogas, como eu disse, e que são meus amigos até hoje, porque não faço essa distinção. Mas sei separar. Para mim, eu não quero e não quero para o meu filho, mas a opção vai ser dele, eu o formei assim. Ele tem 21 anos e vai fazer a opção dele. Acho que essa liberdade ele deve ter. Mas, jamais, professora, eu estigmatizaria uma universidade. Perdoe-me, não foi essa a intenção. Ao contrário, acho a UnB um celeiro de profissionais e de pessoas que vão efetivamente construir um Brasil melhor.

Obrigado.

Eu fui da época em que a polícia nem podia entrar na UnB, entre 1982 a 1988. Em 1986, mais ou menos, é que liberaram a entrada da polícia. E lá eu aprendi muita coisa boa, que eu levo para a vida inteira.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Marcelo Souza.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, faço a réplica ao Sr. Valderi. É bom sabermos que estamos do mesmo lado. Nós não podemos perder esta noção, e o trabalho que a Igreja vem fazendo é o trabalho que o Estado deveria fazer. Eu não conheço o trabalho da sua fazenda, mas no Maranhão, no meu Estado, eu conheço, é louvável, e é esse olhar que eu gostaria de ter para o viciado.

Quando eu digo que o viciado, o adicto está sofrendo, não é balela. Isso não é balela. Eu sou psicólogo, e o Conselho Federal de Psicologia existe há 48 anos, não há 10 anos ou 15 anos. Nós trabalhamos com sofrimento, não só relativo a drogas. Nós do mundo psi é que podemos falar de sofrimento humano, até porque qualquer outro profissional se atenda com psicoterapia estará cometendo um crime. Só nós podemos fazer psicoterapia, nós e os psiquiatras que se formaram e fizeram curso posterior na área psi.

Por que há a descriminalização deste cidadão que está em sofrimento, do usuário — não estou falando de liberdade individual, estou falando do cidadão em sofrimento?



Porque a punição não é o resultado. E não lembramos de uma coisinha: na nossa lei, ele pode vir a perder a condição de réu primário. Não é só a punição, temos que lembrar isso.

Por último, o Dr. Salomão falou sobre casos de esquizofrenia. Nós não temos nem 2% de esquizofrênicos no Brasil — não chega nem a 2%. Quantos por cento desses 2% foram causados por fumar um baseado? Não dá nem para saber, é ínfimo.

Era isso. Obrigado. Acho que o debate tem que continuar. Parabéns, Deputado Assis Carvalho, pela presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Obrigado, Deputado João Marcelo Souza.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alan Rick, por 3 minutos.

O SR. ALAN RICK (Bloco/DEM - AC) - Obrigado, Sr. Presidente. Quero deixar claro que eu não citei as duas pesquisadoras quando falei que há teóricos, estudiosos, que defendem a descriminalização, mas que não conhecem a situação na prática, muitas vezes como deveriam conhecer. Não cito as senhoras pesquisadoras, não é uma questão pessoal. Só para deixar claro.

O segundo ponto, Dra. Beatriz, é que citei o caso dos crimes contra o patrimônio e contra a vida apenas por uma questão de comparação e de como a coisa não funciona. Se um determinado aspecto criminal não dá certo, eu vou então aboli-lo. Cito o exemplo do cinto de segurança. O Código de Trânsito Brasileiro especifica que se o cidadão não utilizar o cinto ele pode ser punido com multa, e até, se por reiteradas vezes, com a perda da carteira. O próprio uso do celular, que todo mundo usa no trânsito, é muito claro, também é outro aspecto. Não vamos abolir só porque ninguém obedece.

Estas são apenas comparações, como a senhora falou, para dar a devida analogia do que hoje está acontecendo.

No que se refere à questão do tratamento de dependentes químicos, obviamente os psiquiatras, os psicólogos, os enfermeiros são os profissionais adequados para fazer esse tratamento. Mas nós vamos então abolir o tratamento das entidades terapêuticas organizado pelas igrejas? Vamos acabar com esse trabalho que tem salvado vidas, que tem recuperado famílias? Muitas pessoas ali são voluntárias, inclusive conheço vários enfermeiros e psicólogos que são voluntários nas próprias igrejas e que trabalham lá dentro ajudando.



Temos várias regras, como a própria portaria da ANVISA, que estabelece uma série de normas para o funcionamento destas entidades. Deputado Marcelo, com todo o respeito que V.Exa. merece, digo que não podemos desmerecer o trabalho dessas entidades também, como jamais vou desmerecer o trabalho de psiquiatras, de psicólogos, que são inclusive responsáveis pela recuperação de dependentes químicos em unidades terapêuticas e unidade de recuperação de dependentes químicos.

O debate é muito importante. Respeito o posicionamento das nossas pesquisadoras, das nossas professoras que vieram aqui. Agradeço realmente por terem abrilhantado esse debate. É importante ouvir o contraditório.

Eu falo de uma realidade que eu vivo há tanto tempo na minha vida, tratando usuários que se tornaram dependentes. São pessoas que começaram como usuários — *"Ah, vou só dar um tapa"* — e se tornaram dependentes. É a imensa maioria deles. Se há aqueles que hoje são usuários e têm qualificação intelectual e condições financeiras para se alimentar bem, ótimo; esses representam um número. Mas, diante da realidade que nós vivemos hoje, vemos uma imensidão de dependentes químicos que começaram simplesmente como usuários.

Essa é a nossa contribuição. Muito obrigado a todos e que consigamos trazer frutos desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Muito obrigado, Deputado Alan Rick.

Concedo a palavra, por 3 minutos, ao Sr. Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (Bloco/PSC - SP) - Sr. Presidente, Deputado Assis Carvalho, gostaria de deixar somente uma contribuição.

Acho que este debate valeu demais, foi sensacional, um dos debates mais ricos que vi nesta Casa. Gostaria de deixar somente uma consideração.

Deixo uma pergunta aqui na Mesa. Logicamente, este problema envolve o mundo todo. Não sou médico, sou delegado de polícia, lido com outro lado, mas o Dr. Salomão poderia responder. A pessoa que faz o uso da droga fica com o organismo dependente da droga. Gostaria de saber se não seria o caso, se existe algum estudo no sentido de se criar uma vacina, que seria um antídoto a isso. O Valderi deve encontrar pessoas que vão à fazenda dele, no local de tratamento, dizendo que não querem conviver com isso, não



querem usar drogas, mas já se tornaram dependentes. Para essas pessoas não poderia haver uma vacina que seria um antídoto a todo isso?

Fica registrada aqui a minha pergunta.

Parabéns a todos e ao Deputado Osmar Terra, que falou com tanto brilhantismo nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - A Profa. Beatriz está meio angustiada, pois precisa se retirar. Portanto, eu vou começar por ela, que está se despedindo.

Peço a V.Sa. que use da palavra por até 3 minutos, para que então possa se retirar.

A SRA. BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE - Eu prometo que vou ser breve. Peço desculpas aos presentes, aos colegas da Mesa, aos Srs. Deputados, a todos os doutores. Peço desculpas pela minha ausência neste finalzinho, mas preciso me retirar em função do horário.

Eu gostaria de lembrar que estamos numa Casa legislativa, ou seja, nós estamos exatamente no foro que é o adequado às decisões relacionadas à programação legal desta sociedade, deste País, deste presente e do nosso futuro.

Quero lembrar que determinada conduta que venha a se constituir crime é uma decisão que depende de determinado momento histórico. É um construto social, é um acordo social. Crime não é um conceito que faça parte da natureza das coisas, como ervilha, grama, minhoca. Crime é um construto social. E criminalizar determinada conduta é sempre atribuir a essa conduta, na hipótese da violação desse preceito, a pior das consequências possíveis, porque, ainda que não seja a pior, que é a restrição da liberdade ou a própria eliminação da vida, vai implicar sempre uma intromissão exagerada do Estado na esfera da liberdade individual do sujeito.

Portanto, eu acho que os Parlamentares são, até pela missão constitucional, aqueles que devem zelar para que isso não aconteça.

Quando dizemos, por exemplo, que o usuário hoje não é punido com privação de liberdade, eu gostaria que isso fosse verdadeiro, mas infelizmente isso não é verdadeiro. Eu penso e estou convencida de que igualar um usuário não problemático o um usuário problemático ou a um doente é também um equívoco, um erro que precisamos evitar. E mais, qualquer consequência penal, qualquer castigo para o consumidor, seja ele o mais grave, seja ele o menos grave, qualquer castigo para o consumidor não é a solução



democraticamente adequada. Não é através ou por intermédio desse castigo que nós vamos conseguir atuar com alguma possibilidade de resultados positivos nesse setor da droga ilícita.

Eu agradeço muito! Volto a dizer que foi uma grande honra participar desta conversa. Aprendi muito, sempre aprendo com todos, sobretudo com o Deputado Osmar Terra e com a minha colega Andrea. Muito obrigada!

Peço licença para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Eu quero agradecer à Profa. Beatriz e à sua mãezinha querida, que está tão linda ali, acompanhando e admirando a filhona!

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Deputado Assis Carvalho...

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Deputado Pastor Eurico, é uma honra a sua presença!

Quero registrar a presença do Deputado Pastor Eurico. Embora já estejamos no encerramento e já tenhamos estourado o horário, pela riqueza do debate, eu queria pedir à Mesa um pouquinho de paciência, porque acho importante a presença do Deputado Pastor Eurico e a possibilidade de S.Exa. emitir sua opinião, de forma breve, para efeito de registro. Já vamos encerrar a reunião.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Deputado Assis Carvalho, prometo falar menos de meia hora, fique tranquilo! (*Risos.*)

A situação de V.Exa. é igual à minha, porque eu estava presidindo outra Comissão, onde se estava discutindo a mesma desgraça que se discute aqui, o narcotráfico. Pensei que encerraríamos as duas reuniões, mas ambas acabaram se estendendo. Realmente, o Brasil vive uma situação caótica. Paralelamente, está acontecendo esta reunião aqui, da qual eu gostaria de ter participado, mas tive que presidir a outra Comissão.

Quero aproveitar o momento para parabenizar V.Exa. pelo tema que trouxe à Casa, que é oportuno.

Quero registrar os meus parabéns a todos os participantes, assim como registro o meu voto contrário aos que são favoráveis, e meu voto favorável aos que são contra. Na realidade, não podemos pensar num Brasil melhor com a liberação dessa desgraça. Entendemos que, lamentavelmente, estamos à mercê da liberação e da descriminalização, pelo STF, o que vai ser o prenúncio da derrota para centenas, milhares, milhões de famílias neste Brasil. Ninguém pode provar o contrário.



Por outro lado, fico feliz com a presença de todos que compõem a Mesa. O Deputado Osmar Terra é um baluarte! Muito lutamos na Legislatura passada. Andamos por todo o Brasil e por tantos outros países, vendo essa desgraça. Ninguém, ninguém, ninguém que abriu mão para isso está satisfeito! O resultado é completamente negativo.

Fico feliz pelos participantes presentes. Vi o nosso representante do Ministério da Saúde e acho importante sua presença. Vi o Dr. Salomão e os demais.

Acho que as comunidades terapêuticas prestam um relevante serviço. Lamento a ideologia de alguns, não são todos, no movimento da psiquiatria e da psicologia que são contrários às comunidades terapêuticas, porque são elas que recuperam os dependentes químicos hoje. Lamentavelmente, elas recuperam dependentes químicos praticamente a custo zero para o Erário público, mas estão sendo às vezes marginalizadas. Entendemos que essa é uma ação positiva. Vidas estão sendo recuperadas. Lamento por aqueles que acham que liberar vai ser a solução. Não vai. Vamos ver uma desgraça maior.

Por isso, a nossa luta vai continuar sendo ferrenha contra a derrota e a desgraça do Brasil, que seria a descriminalização das drogas neste País.

Parabéns a V.Exa.! Parabéns a todos que estão participando!

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Obrigado, Deputado Pastor Eurico.

Retomando os trabalhos para a Mesa, concedo a palavra, por 3 minutos, ao Dr. Salomão Rodrigues Filho, representante do Conselho Federal de Medicina, para considerações finais.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO - O Deputado falou e saiu. O Conselho Federal de Medicina não tem posição contrária às comunidades terapêuticas. Nós inclusive achamos que as comunidades terapêuticas são fruto do trabalho da sociedade, num vácuo deixado pelo Governo.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Doutor, eu me referi a alguns da psiquiatria, deixe-me consertar. Não me referi ao Conselho Federal de Medicina.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO - Sim, mas sou psiquiatra também, e a Associação Brasileira de Psiquiatria — ABP não pensa dessa forma, pensa como estou falando.

O Deputado Gilberto Nascimento fez uma pergunta sobre a vacina. Existe, com a função de vacina, uma pesquisa sobre terapia gênica, pesquisa já em estágio 3. As pessoas capazes de desenvolver dependência trazem geneticamente essa capacidade,



essa condição. Há pessoas que fazem uso de determinadas substâncias e não desenvolvem dependência, outros demoram tempo maior para desenvolver dependência. Contudo, há pessoas que não desenvolvem dependência.

Em relação a esse conhecimento genético, sabemos que isso está localizado nos telômeros. Sabemos que telômeros mais curtos facilitam o desenvolvimento de dependências químicas, e telômeros mais longos dificultam o aparecimento de dependência. Entretanto, não é só o aspecto genético. O conceito que prevalece é o conceito de epigenética. O meio ambiente interage e inclusive modifica as posições, as combinações genéticas. Mas há, sim, o desenvolvimento de uma terapia gênica com função que resolveria esse problema.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO - Não, os Estados Unidos são o único país sobre o qual tenho conhecimento, sobre o qual eu posso falar.

Agora, acho que nós devemos pensar no futuro. Que país nós queremos deixar para os nossos filhos, para os nossos netos? Quando eu defendo determinada posição em relação a uma área que eu conheço parcialmente ou de que desconheço em grande parte, a responsabilidade é muito grande, para afirmarmos coisas que podem dar num caminho errado. Entendo que nós devemos ter muita responsabilidade ao falar daquilo que nós conhecemos e evitar, com muito mais responsabilidade ainda, falar daquilo que nós não conhecemos. Devemos nos preocupar com o futuro do nosso País. Que País estamos preparando? Que País vamos deixar para nossos descendentes?

Cumprimento o Deputado Assis Carvalho pela realização desta audiência pública. Entendo que o debate foi rico. A presença do contraditório é importante, todas as colocações feitas, porque podemos formar juízo a partir da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Eu é que agradeço ao Dr. Salomão! Tem a palavra agora, por 3 minutos, a Profa. Andrea Galassi, da UnB.

A SRA. ANDREA DONATTI GALLASSI - Eu também acho que o debate foi riquíssimo. Foi um prazer participar desta reunião. Agradeço novamente ao Deputado o convite e a promoção desta discussão. Concordo com o pensamento de que estamos militando juntos, com diferentes pontos de vista, mas estamos juntos.

Eu gostaria de fazer algumas considerações após a réplica. Gostaria de iniciar pelo que nos disse o Deputado Gilberto Nascimento em relação à vacina, assunto tratado



também pelo Dr. Salomão. Eu queria deixar claro — na minha apresentação pude fazê-lo — e reiterar que as pessoas que têm problemas com drogas, Deputado, são exceção. Justamente como o Dr. Salomão nos explicou, essas pessoas têm problemas de ordem multifatorial. Portanto, não dá para pensarmos na dependência de drogas como uma doença somente do cérebro, uma vez que o contexto e vários outros fatores estão relacionados, para que uma pessoa desenvolva e outra pessoa não desenvolva a doença. É o mesmo pensarmos que vários de nós fazemos uso de álcool, por exemplo, que é uma substância lícita, mas boa parte de nós — eu diria, a extrema maioria — não tem problemas com o álcool. O raciocínio é o mesmo, uma vez que as causas que levam pessoas a desenvolverem um quadro de dependência são causas multifatoriais.

Eu gostaria de fazer outra consideração. O Dr. Valentim Gentil foi exemplo citado pelo Deputado Osmar Terra. Eu fiz o meu doutorado na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, no Departamento de Psiquiatria, e tive aulas com o Dr. Valentim Gentil. Ele foi um dos signatários de uma nota que nós profissionais da saúde organizamos a favor da descriminalização das drogas. O Dr. Valentim Gentil, o Dr. Drauzio Varella, o ex-Ministro da Saúde Temporão, o Presidente da FIOCRUZ, o Dr. Paulo Gadelha e tantos outros nobres profissionais da área médica e da área da saúde foram signatários dessa nota e são favoráveis à descriminalização. Portanto, embora o Dr. Valentim Gentil tenha feito essa fala, eu gostaria de pedir licença para discordar, não baseada na minha opinião, mas em dados científicos, uma vez que, ao longo da história, houve aumento do número de pessoas que fazem uso de maconha e não houve, como disse o Deputado João Marcelo Souza, que deixou a Casa, aumento do número de pessoas com esquizofrenia. Temos um percentual de 1% a 2% de pessoas que têm esquizofrenia. Como podemos dizer que, em parte desse percentual, a doença é atribuída ao uso da maconha, por exemplo? O que posso afirmar é que não é na maioria deles, definitivamente, porque tivemos um aumento do consumo de maconha e não tivemos, conseqüentemente, um aumento do número de pessoas com esquizofrenia.

Há outro ponto que eu gostaria de deixar claro para nós, nesta perspectiva que vimos travando neste dia de hoje, com uma visão pragmática e real sobre o tema. Quando pensamos em um processo de descriminalização, não estamos dizendo que, uma vez descriminalizadas, haverá uma correria atrás de drogas no dia seguinte. Parece haver o pensamento de que, uma vez descriminalizadas, será favorecido o consumo de



drogas e todo mundo vai querer fazer uso. Isso não é verdade. Não podemos nos pautar por esse tipo de raciocínio, uma vez que há, sim, o Estado brasileiro, as organizações religiosas, que fazem trabalhos com relação ao tratamento de pessoas, e vários segmentos da população que oferecem cuidados para as pessoas que fazem uso de drogas, por ser um problema complexo e multifatorial, como nós dissemos. Todos esses segmentos estão bastante atentos para o momento da descriminalização e já estão cuidando das pessoas, não só por conta da iminência dessa regulação. Vêm fazendo isto, sim, ao longo da história, entendendo que essas pessoas precisam de cuidados muito mais da esfera da saúde e do social do que da esfera criminal.

Concluo, dizendo que, quando falamos em ser a favor da descriminalização, queremos justamente trazer para o Estado brasileiro a sua missão de prezar, como a minha colega Profa. Beatriz disse, pelo cidadão brasileiro, porque hoje a droga está liberada, sem dúvida alguma. A droga está liberada hoje. A nossa proposição, nestes debates, é justamente trazer para a nossa responsabilidade, a do Estado, regular toda a cadeia de produção, comércio, venda. E, enfim, da restrição, na perspectiva da saúde pública, do consumo dessas substâncias, porque não podemos colocar no mesmo balaio todas as pessoas que fazem uso de drogas, como sendo todas elas problemáticas. Isso não é verdade, e insisto muito nisso. Nós estamos falando da exceção, que tem problemas. E nós temos que centrar todos os nossos esforços, sim, nessas pessoas que apresentam problemas.

Obrigada, Deputado.

Obrigada a todas e a todos pela atenção e pelo debate.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Eu é que agradeço, Sra. Andrea.

Por 5 minutos, concedo a palavra ao Sr. Valderi Alves Ribeiro, Secretário-Executivo da FENASP.

O SR. VALDERI ALVES RIBEIRO - Muito obrigado, mais uma vez, Deputado Assis Carvalho, pelo convite. Acredito que o debate pôde trazer para V.Exa. vários pontos que o farão refletir nas próximas atitudes a tomar e até nos andamentos futuros com relação ao debate deste tema, nesta Casa.

Trago um dado para a Dra. Andrea. Em New Denver, no Canadá, após a liberação, o aumento do consumo de maconha por jovens aumentou para 18%. No Brasil, hoje, de 6% a 8% dos jovens fazem uso da droga.



Também concluo dizendo, e ainda discordando, que não creio que seja uma saída descriminalizar ou liberar, enfim, mas que esta Casa, como detentora do poder delegado pelo povo brasileiro, venha a encontrar um caminho para que possamos, sim, encontrar uma solução para todo este caos que tem sido causado às famílias e à sociedade, proveniente do tráfico e do uso de todo tipo de droga.

Mais uma vez, muito obrigado.

Que Deus abençoe e conduza V.Exa. nesta empreitada!

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Muito obrigado, querido Valderi.

Agora vamos ouvir o nosso querido Deputado Osmar Terra, por 3 minutos.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) - Eu volto a insistir na questão da experiência histórica e da experiência científica. Nós não podemos nos valer de conceitos como se tudo estivesse começando agora. A humanidade já passou por isso. Repetir essa história, fazer voltar atrás a roda da história é que é conservadorismo. É querer ignorar o que a humanidade aprendeu, o que os países aprenderam. Todos os países que controlaram a epidemia de drogas, que reduziram o número de dependentes e que reduziram a violência — porque a violência caminha junto com a droga — foram países que jogaram duro, que tiveram rigor. É isso que nós temos que fazer.

O Brasil não faz nem uma coisa nem outra. O Brasil não tem política sobre drogas, uma política que funcione. A Presidente Dilma lançou um programa muito bom, só que não foi executado. Inclusive foi fruto até de uma discussão que houve aqui no Congresso — V.Exa. se lembra, Deputado Assis Carvalho —, na nossa Comissão sobre drogas.

O Ministério da Saúde se recusa a credenciar a comunidade terapêutica. Então, tiveram que fazer um *bypass*, transformando a comunidade terapêutica em comunidade assistencial, ou outro nome, não sei bem. Inventaram outro nome para fazer pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas — SENAD. E o segundo escalão do Ministério da Saúde e do Ministério da Justiça colocam dificuldades em tudo, em tudo que é contra a liberação das drogas, porque eles são a favor. A área de saúde mental do Ministério da Saúde — escrevam o que eu estou dizendo — é a favor da liberação das drogas.

Há essa história de dizer: "*Não é bem liberação, é regulação*". Ora, se você não consegue proibir uma coisa, como vai conseguir regular? Se já é complexo proibir, imaginem regular! Isso não existe. Isso é conto para inglês ver.



O que vai acontecer, na prática, qualquer que seja a decisão do Supremo, ou qualquer decisão que seja favorável à descriminalização de drogas, é passar a ideia para a juventude, que já está sendo estimulada a usar... Todas essas revistas que se pretendem ser científicas, inclusive a Superinteressante, estão passando para a juventude a ideia de que é remédio, de que não há problema algum, de que pode usar.

Portanto, quero dizer que nós temos que ter muito cuidado com essa terminologia. Não há outro caminho. Não vai aparecer uma novidade. Só há um caminho, agir com rigor contra as drogas, coisa que o Brasil não faz. O Brasil não tem política para a segurança pública, o Brasil não tem política de enfrentamento às drogas. *"Ah, então vamos liberar!"* Os presídios estão horríveis, não há política prisional. *"Ah, então vamos prender menos gente!"* O que aumenta é o número de vítimas todo dia.

Não há explicação para um país como o Brasil ter 60 mil homicídios por ano! Não há explicação, a não ser a omissão do Governo! A Deputada Carmen Zanotto colocou bem, nós estamos trabalhando em cima da omissão do Governo, e não em cima do que é melhor ou do que não é melhor para políticas públicas para drogas ou qualquer outra coisa.

Portanto, quero dizer: não me venham endeusar o pequeno traficante. *"Coitadinho, ele é viciado!"* Um pequeno traficante faz, em média, vinte meninos dependentes químicos por ano, no mínimo, para manter o seu mercado. Esses vinte vão custar para os cofres públicos o que esse traficante custaria se ficasse preso. É o que cada um vai custar, ou seja, é vinte vezes mais caro para o dinheiro público. E as famílias destruídas? E o sofrimento da sociedade? E o aumento dos latrocínios, dos homicídios e da violência doméstica? Vamos falar sério! Nós temos que pensar nessas questões, e não ficar fazendo discurso filosófico.

Deputado Assis Carvalho, de 20% a 25% da população têm transtornos mentais leves, que diminuem o controle de impulso. São pessoas muito mais vulneráveis ao uso de drogas do que as que não têm esse tipo de transtorno. Há 8 vezes mais usuários de drogas entre os que têm déficit de atenção do que entre os que não têm. Transtorno bipolar, depressão, transtorno de personalidade *borderline*, todos aumentam o consumo de drogas. São pessoas mais vulneráveis. Se aumentar a oferta, vai aumentar enormemente o número de usuários. Não me venham dizer que haverá diminuição do número de usuários, ao se regular! Isso não vai acontecer nunca, na prática.



O risco da punição — e não há punição de prisão para usuário — inibe. Os meninos podem pensar duas vezes antes de levar drogas para a escola, de usar drogas em público. Essa história de dizer que a droga está livre e que nós queremos regular para controlar é conversa. A senhora vai me desculpar, doutora, mas isso é conversa. Do que eu tenho ouvido os Deputados falarem, isso é conversa. As drogas não são controladas por falta de políticas no País para fazê-lo. O controle das drogas e o risco de haver qualquer punição inibem o consumo, muito mais do que se não houver esse controle e esse risco.

Para terminar, devo dizer que, se é ruim como está, muito pior será se liberar ou descriminalizar, muito pior! Escrevam o que estou dizendo. Depois, vamos ter que voltar atrás, com um custo social muito maior, porque a experiência do mundo mostrou isso. Eu não estou inventando, nem fazendo exercício de futurologia. A experiência da humanidade já mostrou isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Quero agradecer, do fundo do meu coração, toda a disponibilidade dos senhores. Eu acho que nós fizemos um rico debate, cada qual com suas posições. Todos os Parlamentares que participaram tiveram a grandeza de fazer o debate com muita responsabilidade, colocando as suas paixões. Todo debate é assim. Temos que ter paixão mesmo, para defender as nossas teses. Foi um debate que fizemos dentro do possível.

Em rápidas palavras, quero dizer aos debatedores — e acho que nós vamos continuar fazendo esta discussão, Deputado Osmar Terra — que nós temos que tomar várias decisões. Do ponto de vista da recuperação das pessoas que têm problemas químicos, isso é necessário, mas sabemos que é enxugar gelo. Nós não vamos deixar de lutar por isso e de procurar alternativas, porque são pessoas doentes, que precisam da nossa atenção. Mas sabemos que resolvemos um problema, mas surgem três, quatro, cinco. Ninguém vai abrir mão disso, mas não será uma alternativa.

O que me chama a atenção é que o modelo vigente — qualquer pessoa que vê como as coisas andam, sabe disto — está falido. Aumenta a criminalidade, aumenta o número de pessoas drogadas. Este modelo está falido. E este modelo falido não é de governo "a" ou "b", é um modelo de Estado. Ao responsabilizarmos qualquer Governo, não estaremos fazendo um debate correto.



E este problema não é só do Estado brasileiro. Acho que o mundo inteiro sofre com este problema. Há uma ou outra exceção, há os que sofrem mais e os que sofrem menos, mas este é um problema do mundo. Por isso, trata-se de um debate muito maior. Se criminalizar ou descriminalizar, haverá um a mais ou um menos, não é o que vai decidir. Contudo, temos uma convicção: da forma como está, não há alternativa.

Agora, Deputado Osmar Terra, eu sei que V.Exa. é apaixonado pelo assunto há muitos anos e é muito responsável pelo que faz. Ninguém pode dizer que, com a sua paixão, quer colocar mais gente aqui ou acolá. Eu fico muito preocupado é com o tema, como se se tratasse de ser a favor da morte ou contra a morte. Tenho certeza de que, no seu debate, V.Exa. quer mais vida. Mas eu também não tenho dúvida de que quem defende a descriminalização quer mais vida também.

Para fechar o debate, quero dizer que, nestas questões, tenho um certo cuidado ao fazer o debate, Deputado Pastor Eurico e Dr. Salomão, porque acho que ganhamos com o debate se compreendermos que todos nós defendemos a vida. Acho que este é o debate que engrandece. Pode ser por um caminho ou por outro, mas todos nós defendemos a vida. Eu não acredito que haja aqui um único Parlamentar que não queira mais vida, mais qualidade de vida para as pessoas. Talvez no jeito de olhar é que pode haver alguma diferença. Eu fico desesperado quando alguém já chega com discurso apelativo. Isso não constrói. Temos que aumentar o respeito entre nós.

E quanto à regulação? Tudo no mundo, para que um governo tenha controle, precisa ter regulação! Tudo que haver regulação de mídia, regulação por parte ANATEL, regulação de energia. Que história é essa? Como você passa a ter controle daquilo que não tem regulação?! É isso que eu, às vezes, tenho dificuldade de compreender. Aquilo para o qual você não tem regulação, você não sabe onde está, não tem controle nenhum, não tem cadastro, não tem acompanhamento. Este talvez seja o ponto de desencontro, este é o ponto de desencontro.

É por isso que, para este ponto, meu querido Deputado Osmar Terra, eu acho que nós temos que encontrar um meio-termo. Ninguém quer liberação plena, e eu acho que ninguém está colocando isso, mas nós temos que encontrar um ponto de mediação.

Deputado Osmar Terra, vou dizer a V.Exa. que sei que V.Exa. visita comunidades pobres, como eu. É muito sofrimento! Essas pessoas que hoje terminam sendo viciadas perdem o sentimento de alma. Não se importam se vão pegar cadeia ou não vão. Perdem



totalmente o sentido de razão, não é? Muitas vezes, para essas pessoas, isso já vem do pai, da mãe, da família. Elas não estão preocupadas se vão matar ou se vão morrer. Portanto, o relacionamento tem que ser outro. Eu não posso tratar essas pessoas do jeito como trato um filho meu ou como V.Exa. trata um filho seu, filhos que tiveram acesso à educação. Portanto, eu acho que nós vamos ter que encontrar um ponto, desapaixonar-nos um pouco mais e sentar para debater.

Aliás, houve um debate do qual V.Exa. foi autor e de que participei, um debate feito com muita responsabilidade. E eu o parabenizo, por onde passo. O debate tratou da questão da primeira infância. Foi um debate riquíssimo! No meu Estado, sempre que faço debates sobre isso, faço referência ao nome de V.Exa. Estivemos inclusive no exterior, tratando disso.

Portanto, eu acho que nós temos que nos sentar para fazer um debate sobre este assunto sob outro prisma, porque este prisma está levando a certa paixão, com uma tonalidade meio acusatória. Nenhuma das partes ganha, e as pessoas da periferia vão continuar sofrendo, e sofrerão muito mais.

Eu faria apenas uma ponderação, para reflexão. V.Exa. está falando com uma pessoa, V.Exa. sabe, que tem muito carinho e muita admiração por V.Exa. Acho que esse caminho não é o melhor, porque na periferia há muita gente preta e pobre morrendo todos os dias, e não é a cadeia que vai resolver isso.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) - Posso me manifestar, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Pois não, é sempre um prazer ouvi-lo! Eu terei que encerrar logo, porque outra Comissão está querendo utilizar este espaço. Faça uma fala rápida, porque vou declarar o encerramento. V.Exa. dispõe de 1 minuto, para concluímos.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) - Será 1 minuto mesmo.

Deputado, eu só queria dar alguns dados. Essa história de que a violência está aumentando no mundo e de que o consumo de drogas está aumentando no mundo não é verdade. Estão aumentando em alguns países, e no Brasil é onde mais aumentam. No mundo, está diminuindo o consumo de drogas, e a violência diminui também. Isso é fruto do rigor que os países do mundo têm em relação às drogas. Os 198 países da ONU tratam as drogas com rigor. Os que têm políticas públicas mais eficientes e conseguem



executá-las melhor, reduzem muito mais o consumo e têm resultados muito melhores. Eu acho que isso tem que ficar claro.

E o problema da droga não é o problema do tráfico. Parece que o único problema da droga é o tráfico. O problema da droga é o transtorno mental que causa, transtorno que pode se tornar uma doença crônica irreversível. Esse transtorno mental é que leva um usuário de maconha a pegar um carro, passar pelo bafômetro, porque o bafômetro só mede o álcool, e matar um menino de 21 anos, acadêmico de Medicina, da maneira mais estúpida possível: atropelando-o e esmagando-o contra uma parede. Foi o que aconteceu com um afilhado meu. A cabeça do usuário estava cheia de maconha.

Maconha não é uma droga inócua, nem para dirigir nem nada. A Dra. Beatriz falou do cigarro; a Deputada Carmen Zanotto, do café. Estas são substâncias que podem gerar uma certa dependência, mas não alteram o comportamento. Pode-se dirigir fumando cigarro, porque não há risco. Pode-se dirigir depois de tomar café, porque não há risco. Portanto, se fumar maconha e dirigir, pode-se matar, matar a si mesmo e matar aos outros.

Portanto, não estamos lidando com questões simples, eu só queria deixar isso claro.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Eu vou ter que encerrar a reunião. Não vou contraditá-lo, mas quero fazer um registro.

Hoje, pela madrugada, fiz a leitura de parte do voto do Ministro Barroso. Quando S.Exa. toma a decisão de fazer seu voto pela descriminalização, ali, naquele ponto específico, o Ministro diz exatamente o contrário: trabalha com aproximadamente 40 países que vêm tomando uma posição contrária — e vou fechar com este comentário, mas vamos fazer outro debate sobre isso, porque este é um voto mais cuidadoso —, a de que o mundo moderno, os países mais desenvolvidos, Estados Unidos e Argentina, Portugal e outros países da Europa, muitos outros vêm tomando posição contrária.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) - Todos fizeram isso por meio de um plebiscito ou do Congresso?

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Peço só mais 1 minuto, para concluir.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) - Todos o fizeram por meio de plebiscito ou por intermédio do Congresso, nunca por decisão de tribunal.



O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Não vamos bater boca aqui. Quero apenas dizer que o endurecimento policialesco não é o melhor caminho.

Quero agradecer, mais uma vez, todo o rico debate.

Declaro encerrada a reunião. Outra Comissão quer fazer outro rico debate.

Muito obrigado.